



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Natal/RN, 31 de março de 2010.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACIN - Autos de constatação e notificação de infração

BDI - Boletins de Distribuição Judicial

BDJ - Boletins de Decisão Judicial - BDJ

DELESP – Delegacia de Controle de Segurança Privada

DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial

DPF – Departamento de Polícia Federal

DPF/MOS/RN – Delegacia de Polícia Federal em Mossoró/RN

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PEC – Plano Especial de Cargo

PF – Polícia Federal

PIB – Produto Interno Bruto

PIC - Prontuários de Identificação Criminal

PORT – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

REF – Registro Eletrônico de Frequência

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SINARM – Sistema Nacional de Armas

SINIC - Sistema Nacional de Identificação Criminal

SINPRO – Sistema Nacional de Procedimentos

SISCART – Sistema Cartorário

SR/DPF/RN – Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte

TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada	13
Quadro 02- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade ...	18
Quadro 03- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações	18
Quadro 04 - Dados Gerais da Ação 2679	19
Quadro 05 - Dados Gerais da Ação 2720	20
Quadro 06 - Dados Gerais da Ação 2726	20
Quadro 07 - Dados Gerais da Ação 4572	21
Quadro 08 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações.....	22
Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 8980	23
Quadro 10 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo	23
Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 2000	24
Quadro 12 - Dados Gerais da Ação 2003	25
Quadro 13 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI	25
Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 8375	26
Quadro 15 - Despesas por Modalidade de Contratação	27
Quadro 16 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	28
Quadro 17 - Evolução de Gastos Gerais	28
Quadro 18 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa	31
Quadro 19 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	31
Quadro 20 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade	34
Quadro 21 – Operações desencadeadas no Estado	34
Quadro 22 – Prisões efetuadas no Aeroporto Internacional	35
Quadro 23 – Drogas apreendidas no Aeroporto	36
Quadro 24 – Procedimentos Policiais	37

Quadro 25 – Procedimentos Disciplinares.....	38
Quadro 26 – Produtos Químicos.....	39
Quadro 27 – Drogas apreendidas - Kg.....	41
Quadro 28 – Drogas apreendidas - un.....	42
Quadro 29 – Passaportes e Carteiras de estrangeiros.....	43
Quadro 30 – Controle migratório.....	43
Quadro 31 – Controle de armas	44
Quadro 32 – Armas novas e portes de armas.....	45
Quadro 33 – Controle segurança privadas	46
Quadro 34 – Emissão de laudos - SETEC	47
Quadro 35 – Inclusões SINIC	48
Quadro 36 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009.....	49
Quadro 37 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009	49
Quadro 38 – Efetivo da SR/RN e DPF/MOS/RN - 2007, 2008 e 2009.....	50
Quadro 39 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009.....	53
Quadro 40 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências.....	59
Quadro 41 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU	60
Quadro 42 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos	62
Quadro 43 – Cursos de capacitação	63
Quadro 44 – Comparativos capacitação	65
Quadro 45 – Arrecadação da área administrativa	72
Quadro 46 – Quadro total de servidores x quadro dos servidores do plano especial de cargos	73
Quadro 47 – Declaração do Contador.....	76

Sumário

Introdução.....	10
1 – Informações Gerais de Identificação.....	13
2 – Objetivos e Metas	15
2.1 – Responsabilidades Institucionais	15
2.1.2 – Objetivos Estratégicos	16
2.2 – Estratégia de Atuação	17
2.3 - Gestão orçamentária e financeira	18
2.3.1 – Programas/Ações	18
2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade	18
2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.....	19
2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	20
2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	20
2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	21
2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal	22
2.3.1.2.1 – Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de PF	23
2.3.1.3 – Programa 0750 - Apoio Administrativo	23
2.3.1.3.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade.....	24
2.3.1.3.2 – Ação 2003 - Ações de Informática	25
2.3.1.4 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública Cidadania – PRONASCI.....	25
2.3.1.4.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.....	26
2.4 – Desempenho Operacional.....	27
2.4.1 – Evolução das despesas	27
2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	27
2.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	28
2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	31

2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	31
2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade	34
2.4.1.6 – Principais Operações Policiais Desencadeadas	34
2.4.2 – Indicadores de desempenho	36
2.4.2.1 – Índices de procedimentos de polícia judiciária.....	37
2.4.2.1.1 - Análise do Desempenho	37
2.4.2.2 - Índices de procedimentos administrativos disciplinares	38
2.4.2.2.1 - Análise do Desempenho	39
2.4.2.3 - Índices de controle e fiscalização de produtos químicos.....	39
2.4.2.3.1 - Análise do Desempenho	40
2.4.2.4 - Índices de apreensão de drogas ilícitas.....	41
2.4.2.4.1 - Drogas ilícitas apreendidas por Kg.....	41
2.4.2.4.2 - Drogas ilícitas apreendidas por unidade.....	42
2.4.2.5 – Índices de controle migratório e expedição de documentos	43
2.4.2.5.1 – Expedição de Passaporte e Carteiras de Estrangeiros.....	43
2.4.2.5.2 - Controle migratório	43
2.4.2.6 – Índices do Sistema Nacional de Armas –SINARM.....	44
2.4.2.6.1 – Controle de Armas e Apreensões.....	44
2.4.2.6.2 - Armas Novas e portes de armas	45
2.4.2.7 - Índices de controle de segurança privada.....	46
2.4.2.7.1 - Análise do Desempenho	46
2.4.2.8 – Índices da área de periciais e identificação criminal	47
2.4.2.8.1. – Laudos emitidos.....	47
2.4.2.8.2 – Inclusões no Sistema Nacional de Identificação Criminal – SINIC.....	48
3 - Recursos Humanos.....	49
4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	52
5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009.....	53
6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres	54

7 – Previdência Complementar Patrocinada	55
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos	56
9 – Renúncia Tributária	57
10 – Operações de Fundo	58
11 – Determinações dos Órgãos de Controle	59
11.1 – Recomendações da CGU	59
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU	60
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009	61
13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios	62
14 – Outras Considerações	63
14.1 – Capacitação de servidores	63
14.2 – Projetos em andamento	66
14.3 – Atos voltados à Gestão Participativa	68
14.3.1 – Portarias	68
14.3.2 – Instruções de Serviços.....	69
14.4 – Diretrizes da SR/DPF/RN	70
14.5 – Arrecadação da área administrativa	72
14.6 – Deficiência de pessoal.....	73
15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada	76

Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande Norte no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

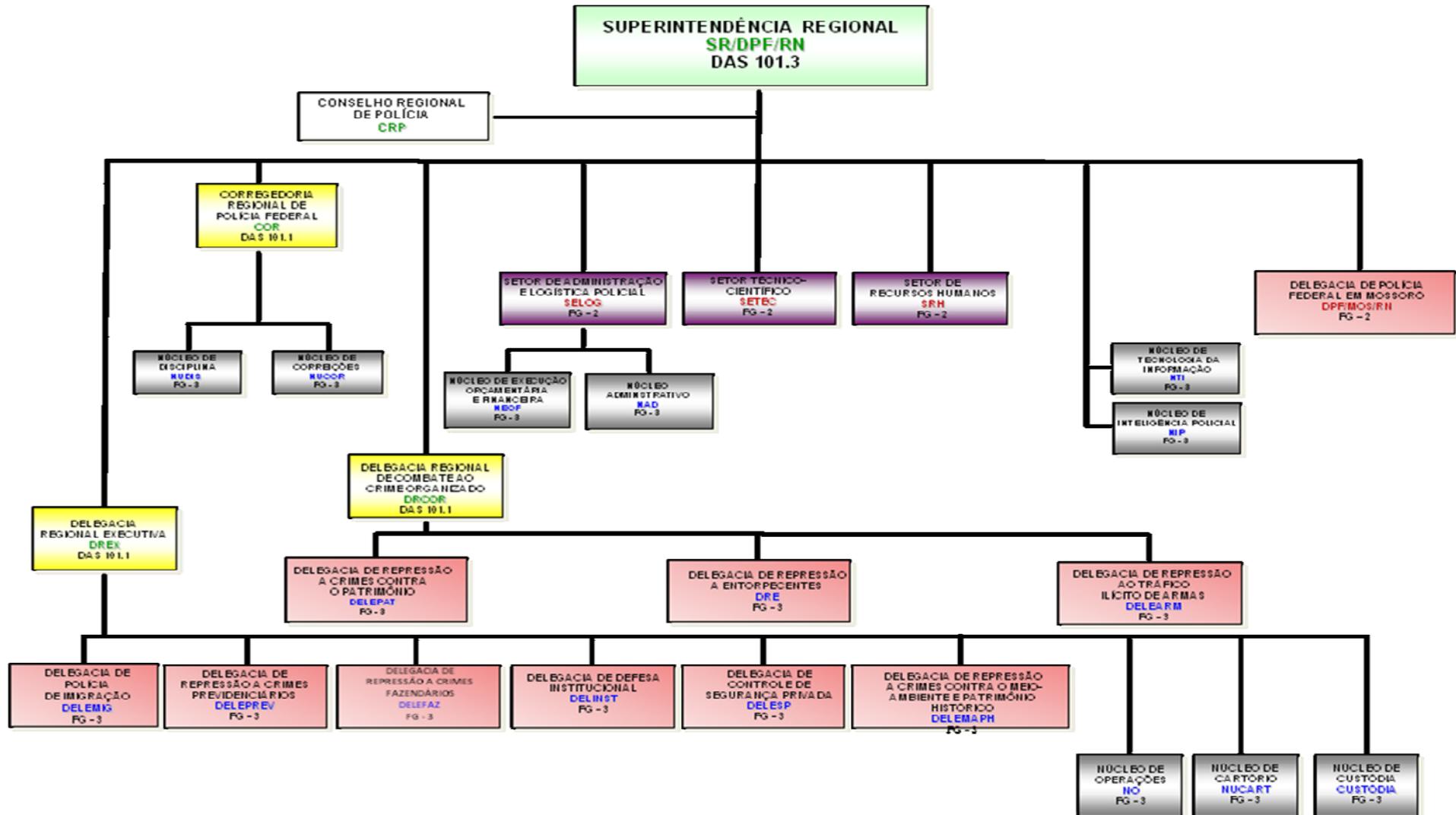
Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte está estruturada em duas (02) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência e por uma (01) Delegacia de Polícia Federal em Mossoró.

Compõe a estrutura da Superintendência Regional, o **Gabinete** composto por **quatro (04) Setores** (Setor de Comunicação Social, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial) e **quatro (04) Núcleos** (Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de Inteligência Policial, Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira e Núcleo Administrativo), a **Delegacia Regional Executiva**, composta por nove (06) Delegacias Especializadas e três (03) Núcleos (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Núcleo Operacional, Núcleo de Cartório, Núcleo de Custódia); a **Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**, composta por três (03) especializadas e um (01) Grupo, quais sejam, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, Grupo de Repressão aos Crimes Financeiros; a **Corregedoria Regional de Polícia**, composta pelos Núcleos de Correições e Disciplina; e por fim a **Delegacia de Polícia Federal em Mossoró**.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SR/DPF/RN



Registre-se que no período de janeiro a julho de 2009 estava a frente desta Superintendente o Delegado de Polícia Federal **HÉLIO SANT'ANNA E SILVA JÚNIOR**, sendo que, em 05 de agosto de 2009, teve início a gestão do Delegado de Polícia Federal **MARCELO MOSELE**.

Considerando as peculiaridades do Estado do Rio Grande do Norte, esta Superintendência Regional concentrou seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, crime financeiro, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

No ano de 2009, a SR realizou treze (13) operações policiais, das quais quatro (04) foram da Delegacia de Polícia Fazendária, uma (01) da Delegacia de Combate aos Crimes Previdenciários, dois (02) da Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e seis (06) da Delegacia de Repressão a Entorpecentes.

Merece destaque a **Operação Cristal** desencadeada por esta SR, juntamente com a Receita Federal do Brasil e com a colaboração das Autoridades Policiais espanholas, a qual resultou no cumprimento de 24 (vinte e quatro) mandados de busca e apreensão e 05 (cinco) sequestros de imóveis.

Referida operação desarticulou uma organização criminosa que era chefiada no Brasil por um espanhol e composta inicialmente por estrangeiros de nacionalidade italiana, espanhola e cubana, além de brasileiros. A quadrilha teria escolhido a cidade de Natal como hospedeira de investimentos de capital proveniente do narcotráfico, contando com a participação decisiva de um “doleiro” espanhol e de um empresário de mesma nacionalidade para sua fixação em solo potiguar e atuação empresarial.

Outra operação que merece destaque é a **AHOY**, desencadeada juntamente com a Receita Federal, visando combater o contrabando e a comercialização de produtos falsificados, teve como resultado a apreensão de mais de 2 milhões de mídias de origem estrangeira apreendidas, entre CDs e DVDs e cerca de 150 mil reais apreendidos.

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 1001 (mil e um) Inquéritos Policiais, concluídos 845 (oitocentos e quarenta e cinco), tendo ficado em aberto (em andamento) 1.480 (mil, quatrocentos e oitenta) inquéritos.

A estratégia de atuação desta Superintendência em 2010 será priorizar a área de defesa institucional, com o combate aos crimes eleitorais (considerando que em 2010 será um ano eleitoral), ao tráfico de pessoas, de exploração sexual, bem como à pornografia infantil.

Além disso, continuarão sendo priorizadas as operações de combate ao tráfico de entorpecentes, aos crimes financeiros, aos desvios de dinheiro público, dando-se destaque ao combate aos crimes ambientais.



1 – Informações Gerais de Identificação

Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande de Norte			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Rio Grande do Norte			
Código SIORG: 1155	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200394
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(84)3204-5602.	(84) 3204-5509.	(84) 3204-5604 fax.
Endereço eletrônico: gab.srrn@dpf.gov.br e selog.srrn@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Dr. Lauro Pinto, nº 155 – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP 59064-250			
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – RN			
Denominação abreviada: FUNAPOL – RN			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200395
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(84)3204-5602.	(84) 3204-5509.	(84) 3204-5604 - fax.
Endereço eletrônico: gab.srrn@dpf.gov.br e selog.srrn@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Dr. Lauro Pinto, nº 155 – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP 59064-250			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. SR/DPF/RN: Portaria 184, de 19/04/65 – Cria a Sub-Delegacia Regional, BS nº 081, de 04/05/65. Decreto 70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72, Transformada em Divisão.			



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

Portaria 039, de 17/03/75, publica no BS nº 052, de 18/03/75. Elevada para Superintendência Regional.

FUNAPOL: Lei Complementar 89, de 18.02.1997.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas

- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.
- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas



2 – Objetivos e Metas

2.1 – Responsabilidades Institucionais

A Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional no Rio Grande do Norte.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabem, ainda, à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964 e Lei 12.037/2009); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção a Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Em consonância com o arcabouço legal, que define as atribuições da Polícia Federal, podemos concluir que o papel desta Unidade é contribuir com o cumprimento da missão da Instituição, sendo responsável pela execução das ações da PF na esfera Estadual, tanto na atuação como Polícia Judiciária da União, como na atuação como Polícia Administrativa. Suas atribuições estão assim definidas:

- Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;
- Administrar a Delegacia de Polícia Federal localizada no Município de Mossoró-RN (DPF/MOS/RN), em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009

- Propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Órgão, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais;
- Executar operações policiais relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da PF, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;
- Promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, bem como consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;
- Adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da SR/DPF/RN e da DPF/MOS/RN.

2.1.2 – Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional;
- ✓ Combate aos Crimes Cibernéticos.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é *“Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”*

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é *“Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”*

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem como a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência de Natal atuou mais notadamente no tráfico de entorpecentes, crime financeiro, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais.



2.2 – *Estratégia de Atuação*

Para o cumprimento de sua missão Institucional a Polícia Federal conta com Unidades Centrais, que são responsáveis pela coordenação das atividades da Polícia Federal e pela execução de ações que necessitam de um comando centralizado, e que aplicaram ou foram beneficiárias de parte significativa do orçamento da PF no exercício de 2009.

O planejamento e a execução das operações são desenvolvidos obedecendo às premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais, sendo priorizada a integração com os demais Órgãos de Segurança Pública e com outras áreas de governo (Receita Federal, Forças Armadas, INCRA, IBAMA, FUNAI, FUNASA, INSS, DNPM, DRCI, COAF, Justiça Federal e Estadual, Ministérios Públicos Federal e Estadual, Ministério do Trabalho, Secretaria do Patrimônio da União), notadamente no campo da inteligência policial.

No exercício de 2009 a atuação da Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Norte abrangeu diversas operações de combate ao crime organizado, seguindo as diretrizes da Direção Geral com orientação das diretorias e coordenações das respectivas áreas.

Para atender aos objetivos propostos foram realizadas ações de valorização capacitação dos servidores, de racionalização dos recursos orçamentários disponíveis e na realização de parcerias e integração com outras instituições públicas, como: a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do RN, a Guarda Municipal, a Receita Federal do Brasil, a Controladoria Geral da União, a Caixa Econômica Federal, a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado.

Também integra o plano de ação a melhoria constante nas diversas áreas especializadas envolvidas nas investigações e nas atividades desempenhadas por esta Unidade. Nos treinamentos referentes às áreas operacionais foi considerada a troca de experiências e conhecimentos nas esferas local, estadual e nacional da Polícia Federal e das instituições envolvidas.

Em virtude da deficiência de servidores nesta Regional, foram realizadas contratações de terceirizados, visando suprir os setores de informática e da Delegacia de Polícia de Imigração, este especificamente no Setor de Passaporte e no Aeroporto, tendo como resultado uma melhora significativa no atendimento ao público externo.

Outro ponto relevante, diz respeito à Polícia Judiciária, onde foram dispensados esforços no intuito de dar maior celeridade na conclusão dos Inquéritos Policiais, como se pode observar no item 2.4.2.1 – Índices de procedimentos de polícia judiciária o número de IPLs relatados aumentou significativamente, isso se deu em razão de uma ação mais efetiva da Corregedoria, onde entre outras ações, foi realizado um trabalho de conscientização junto as autoridades policiais para priorizarem os IPLs mais antigos e intensificar as diligências nos procedimentos, visando relatá-los no menor tempo possível, o que foi acatado por todos, surtindo o efeito esperado.



2.3 - Gestão orçamentária e financeira

Quadro 02- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200394
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200395

2.3.1 – Programas/Ações

A Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, além da capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional do Rio Grande do Norte, também executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente à construção de um guarda-corpo no muro que divide a Superintendência e o TRT, obra concluída no mês de março/2010, e instalação de sombreadores para veículos no estacionamento externo desta Regional, concluída em fevereiro de 2010.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas e suporte ao usuário de informática. Na execução desta ação, deve-se considerar, também, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência também executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento.

2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro 03- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União
Gerente de Programa	Não informado
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Não há indicação de responsável
Indicador(es) para avaliação do programa	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

Código	Tipo¹	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos

Quadro 04 - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200395
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. em RP Não-Proc
2679	Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comercio de precusores químicos	70.106,94	70.106,94	70.106,94	0,00

Considerações

Em 2009 foram fiscalizadas quatro (04) empresas da área de produtos químicos controlados e emitidos setenta e seis (76) certificados de registros cadastrais e cinquenta e cinco (55) renovações.

¹ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro 05 - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	200395
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	por Insc. em RP Não-Proc
2720	Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública	35.426,94	35.426,94	35.426,94	0,00

Considerações

Na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

Haja vista que o tráfico internacional tem como principal produto a cocaína, é natural que tenha triplicado o número de apreensões desta espécie de droga no ano de 2007 para 2008, enquanto o número de apreensões de maconha, por consequência tenha caído aproximadamente pela metade. A queda nos índices de apreensão de maconha, em termos relativos, é menor que o incremento das apreensões de cocaína, o que revela um maior equilíbrio nas atividades de repressão ao tráfico de drogas ilícitas, dadas as circunstâncias regionais do Rio Grande do Norte.

2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 06 - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

	dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	200395
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	por Insc. em RP Não-Proc
2726	Prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União	1.303.294,61	1.303.294,61	1.303.294,61	0,00

Considerações

Nesta ação é empregada boa parte dos recursos destinados à área finalística da SR no Rio Grande do Norte. Foram empenhados e liquidados em 2009 R\$ 1.303.294,61 nesta ação, não havendo inscrição em Restos a Pagar.

Foram realizadas treze (13) operações policiais com a finalidade de repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, além de ações de prevenção e combate ao crime organizado. Foi emitido pelo Setor Técnico-Científico setecentos e quarenta e sete (747) laudos, o que representou um aumento de 30% na produção de prova para compor os inquéritos policiais em comparação a 2007.

A quantidade de IPLs relatados em 2009, também, aumentou em 82%, passando de 755 no exercício anterior para 1.375 no exercício analisado.

2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 07 - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

	à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	200395
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	por Insc. em RP Não-Proc
4572	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	200,00	200,00	200,00	0,00

Considerações

Consta apenas a execução de R\$ 200,00 por esta Unidade Gestora em razão do forte contingenciamento de recursos no ano de 2009, bem como pelo aumento de quase 100% nas diárias (ocorrido em meados do ano), sem a respectiva previsão orçamentária, que ocasionou uma limitação significativa nos cursos de capacitação com deslocamento da sede.

Mesmo com esse contingenciamento, ainda ocorreram cinquenta e sete (57) cursos e treinamentos de capacitação custeados pela Direção-Geral da Polícia Federal.

2.3.1.2 - Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar a PF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhado em quadro abaixo, devendo-se observar que as Ações especificadas se referem apenas àquelas executadas por esta Superintendência.

Quadro 08 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.
Gerente de Programa		Rogério Augusto Viana Galloro
Responsável pelo Programa na UJ		Não há indicação de responsável
Indicador(es) para avaliação do programa		Não há indicador
Público-alvo (beneficiários)		Departamento de Polícia Federal
Código	Tipo ²	Descrição da Ação
8980	A	Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal

Fonte: SIGPLAN

² Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

2.3.1.2.1 – Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de PF

Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 8980

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Dotar a Polícia Federal da infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.
Descrição	Construção e ampliação de bases operacionais, da Academia Nacional de Polícia e das demais unidades do Departamento de Polícia Federal, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Unidades executoras	200395
Produto (unidade de medida)	UNIDADE CONSTRUÍDA (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	por Insc. em RP Não-Proc
8980	Construção e ampliação de unidades do Departamento de Polícia Federal	139.985,15	0,00	0,00	139.985,15

Considerações

A execução das despesas desta ação, no valor de R\$ 43.120,25, corresponde à construção de um guarda-corpo em parte do muro que divide a SR/DPF/RN e o TRT, obra concluída em março/2010. O restante dos recursos, no valor de R\$96.864,90, refere-se à instalação de sombreador para veículos no estacionamento externo da SR/DPF/RN, serviço já concluído em fevereiro de 2010.

2.3.1.3 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais da Polícia Federal.

Quadro 10 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Não informado
Objetivos Específicos		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa		Não há indicação de responsável
Indicadores para avaliação do programa		Este Programa não possui indicadores.
Público-alvo (beneficiários)		Governo
Código	Tipo³	Descrição da Ação
2000	A	Administração da Unidade
2003	A	Ações de Informática

Fonte: SIGPLAN

³ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

2.3.1.3.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200394 e 200395
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	por Insc. em RP Não-Proc
2000	Administração da Unidade	4.747.955,14	4.594.400,78	4.594.400,78	153.554,36

Considerações

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos e terceirizados; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis; pagamento de diárias e passagens; e outras.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

2.3.1.3.2 – Ação 2003 - Ações de Informática

Quadro 12 - Dados Gerais da Ação 2003

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; contratação de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200394
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. em RP Não-Proc
2003	Ações de informática	7.858,00	7.858,00	7.858,00	0,00

Considerações

Houve baixo valor executado nesta ação, tendo em vista que estas despesas eram realizadas na ação 2000. Para o exercício de 2010 todo o recurso destinado para a área de Tecnologia da Informação (TI) foi destacado da ação Administração da Unidade para a ação Ações de Informática.

2.3.1.4 - Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública Cidadania - PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

Quadro 13 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ	Não há indicação de responsável
Indicador(es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

Fonte: SIGPLAN



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

2.3.1.4.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200394
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
8375	Campanha do desarmamento	51.868,00	40.741,77	40.741,77	11.126,23

Considerações

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, participa da Campanha do Desarmamento, por meio do recebimento de armas de fogo entregues pela população e do pagamento de taxas de devolução de armas.

No Estado do Rio Grande do Norte a Polícia Federal arrecadou 250 armas de fogo.



2.4 – Desempenho Operacional

A Polícia Federal, por ser uma Instituição de âmbito Nacional, tem suas ações (e consequentes resultados) realizadas de forma integrada. Na maioria dos trabalhos, há atuação de setores ligados às unidades centrais e setores ligados às unidades descentralizadas, como é o caso desta Superintendência.

Sendo assim, os resultados operacionais a seguir demonstrados são fruto dessa atuação integrada, quase sempre coordenada pelas unidades centrais, com aplicação de recursos descentralizados pelos órgãos centrais e atrelados às ações dos programas de Prevenção e Repressão à Criminalidade, bem como do Programa de Modernização da Polícia Federal.

Nesse contexto, embora desejável para uma adequada avaliação dos programas e ações sob a responsabilidade da Polícia Federal, não se vislumbra a viabilidade técnica da ligação direta e objetiva do resultado operacional a determinado programa ou ação, uma vez que os recursos financeiros aplicados, na grande maioria das ações do DPF, são de um e de outro programa.

2.4.1 – Evolução das despesas

2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 15 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	6.665.157,73	3.631.275,84	6.665.157,73	3.631.275,84
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	43.120,25	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	6.665.157,73	3.853.519,64	6.665.157,73	3.631.275,84
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	872.936,28	667.173,19	872.936,28	667.173,19
Dispensa	174.887,06	144.443,05	174.887,06	141.815,41
Inexigibilidade	698.049,22	543.529,69	698.049,22	525.357,78
Suprimento de Fundos	71.054,44	111.456,17	71.054,44	111.456,17
Pequeno Vulto	13.046,44	11.543,39	13.046,44	11.543,39
Regime de Execução Especial	4.524,68	66.364,25	4.524,68	66.364,25
Sigiloso	53.483,32	33.548,53	53.483,32	33.548,53
Pagamento de Pessoal	1.377.266,21	1.531.437,91	1.343.317,70	1.526.035,77
Pagamento em Folha ¹	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	1.377.266,21	1.531.437,91	1.343.317,70	1.526.035,77
Outros	341.635,85	189.429,91	375.584,36	176.329,91

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

2.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 16 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	11.528,11	38.158,08	11.528,11	38.158,08	0,00	0,00	11.528,11	38.158,08
08 - Outros benefícios assistenciais	11.528,11	36.857,08	11.528,11	36.857,08	0,00	0,00	11.528,11	36.857,08
92 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	1.301,00	0,00	1.301,00	0,00	0,00	0,00	1.301,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	6.138.399,93	6.231.308,86	5.822.071,68	6.066.628,27	316.328,25	164.680,59	5.822.071,68	6.066.628,27
14 - Diárias - pessoal civil	1.377.266,21	1.531.437,91	1.343.317,70	1.526.035,77	33.948,51	5.402,14	1.343.317,70	1.526.035,77
30 - Material de consumo	628.487,11	621.280,41	553.834,26	548.522,88	74.652,85	72.757,53	553.834,26	548.522,88
33 - Passagens e despesas com locomoção	452.403,58	380.962,18	429.273,37	380.962,18	23.130,21	0,00	429.273,37	380.962,18
36 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	22.974,91	24.318,05	22.974,91	24.318,05	0,00	0,00	22.974,91	24.318,05
37 - Locação de mão-de-obra	1.674.314,92	2.168.671,09	1.674.314,92	2.148.704,24	0,00	19.966,85	1.674.314,92	2.148.704,24
39 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.649.353,04	1.324.592,90	1.500.929,78	1.271.138,83	148.423,26	53.454,07	1.500.929,78	1.271.138,83
47 - Obrig. tribut.e contrib-op.intra-orçamentárias	14.525,34	13.298,63	12.251,92	11.298,63	2.273,42	2.000,00	12.251,92	11.298,63
92 - Despesas de exercícios anteriores	3.452,30	12.369,55	3.452,30	12.369,55	0,00	0,00	3.452,30	12.369,55
93 - Indenizações e restituições	315.622,52	154.378,14	281.722,52	143.278,14	33.900,00	11.100,00	281.722,52	143.278,14

Quadro 17 - Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	378.834,28	452.403,58	380.962,18
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	2.240.128,15	1.377.266,21	1.526.035,77
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	1.436.812,59	1.674.314,92	2.168.671,02
<i>3.1 Publicidade</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação</i>	<i>1.436.812,59</i>	<i>1.674.314,92</i>	<i>1.749.230,48</i>
<i>3.3 Tecnologia da Informação</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>95.322,65</i>
<i>3.4 Outras Terceirizações</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>324.117,89</i>
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	0,00	42.183,95	111.456,17
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	104.525,81	28.870,49	0,00
TOTAIS	4.160.300,83	3.575.039,15	4.187.125,14

Considerações



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009

No exercício de 2008, esta Superintendência participou de esforço do DPF de prover com viaturas as suas Unidades, cabendo à SR/DPF/RN a aquisição de 50 veículos, para distribuição àquelas Descentralizadas situadas na região Nordeste. Este fato isolado justifica a significativa diferença de valores das despesas, na modalidade Pregão, entre os exercícios de 2008 e 2009.

Houve aumento de aproximadamente 100% no valor das diárias, em julho de 2009, sem que houvesse a respectiva previsão orçamentária. Isto resultou em grandes dificuldades orçamentárias, tendo em vista o elevado custo desta Unidade com viagens. Após um trabalho de forte racionalização das missões com deslocamento da sede e com a promoção de economia de gastos em outras despesas, como telefonia e energia elétrica, foi possível equilibrar o orçamento até o final do ano.

Note-se que as despesas com terceirização, destinadas a vigilância, limpeza e conservação tiveram aumento de gastos, devido a repactuações contratuais, não tendo havido, no exercício de 2009, quaisquer alterações quantitativas nos respectivos contratos.

Com relação às demais terceirizações, houve contratação, no exercício de 2009, de serviços de suporte a usuário e administração de redes de informática, serviço de recepcionista a requerentes de passaporte e serviço de recepcionista a passageiros nos terminais de embarque e desembarque internacionais do Aeroporto de Natal. Convém ressaltar que todos os serviços acrescidos referem-se a atividades não propriamente de atribuição dos servidores de carreira, sendo imprescindíveis e adequados às melhorias no atendimento ao público, exigidas pela sociedade.

Em 2009, devido à crise financeira mundial e seus reflexos em nosso país, houve contingenciamento de recursos, provocando muitos atrasos nos repasses financeiros e colocando esta Administração em situação desagradável frente a fornecedores e prestadores de serviços. Esta situação foi parcialmente contornada devido ao trabalho contínuo da SR/DPF/RN no sentido de racionalizar os gastos, com destaque para as economias obtidas em telefonia fixa e energia elétrica.

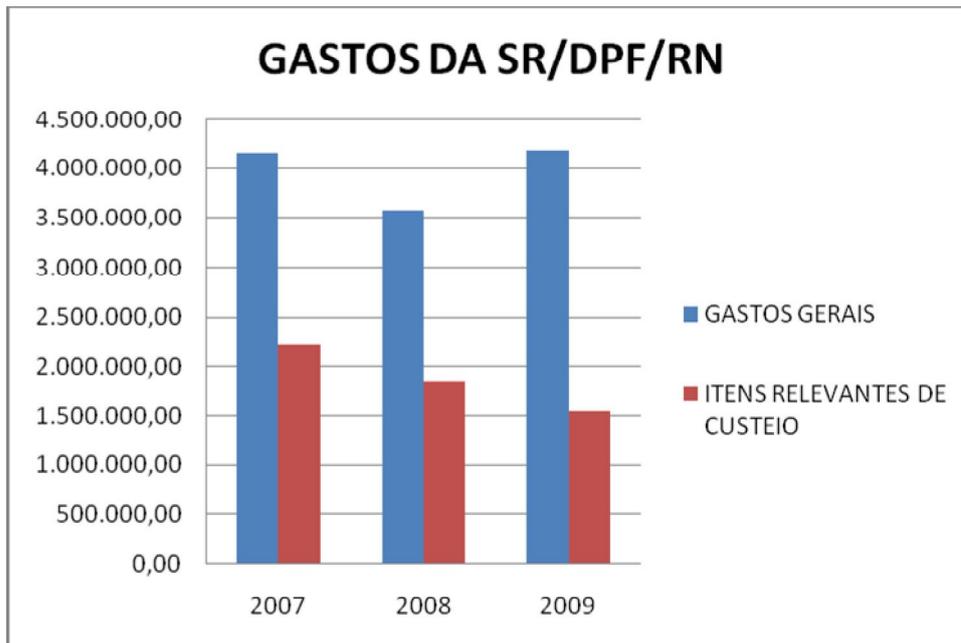
Com relação ao preenchimento do quadro Evolução de Gastos Gerais, com referência aos gastos com suprimento de fundos, foram enquadrados no item 5 (Suprimento de Fundos) apenas os gastos realizados por meio da conta tipo B. Ressalte-se que o ano de 2009 foi de transição, sendo que todos os gastos com suprimentos de fundos passaram a ser realizados com cartão corporativo a partir do mês de julho.

Além dos gastos gerais apontados na tabela acima, convém relacionar ainda outros gastos com o custeio da SR/DPF/RN relevantes para a administração da UG:

ITENS RELEVANTES DE CUSTEIO			
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009
Serviços de Energia Elétrica	589.682,80	540.131,47	418.250,44
Serviços de Telecomunicações	598.592,67	531.664,44	401.737,90
Serviço de Manutenção de Viaturas	495.718,87	299.574,10	197.280,69
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	292.284,96	247.686,93	278.749,94
Serviços de Água e Esgoto	75.109,26	87.638,75	86.327,28
Refeições para os Custodiados	111.664,20	80.471,56	85.494,24
Serviço Postal e de Malote	49.245,35	60.281,33	69.448,66
TOTAIS	2.212.298,11	1.847.448,58	1.539.298,15



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009





2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 18 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	3.190.739,58	159.958,87	144.576,50	19.973,72	3.046.163,08	139.985,15	144.576,50	19.973,72
51 - Obras e instalações - Op. Int. Orc.	0,00	139.985,15	0,00	0,00	0,00	139.985,15	0,00	0,00
52 - Equip.e material Permanente - Op.Intra-Orc.	3.190.739,58	19.973,72	144.576,50	19.973,72	3.046.163,08	0,00	144.576,50	19.973,72
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Considerações

A diferença significativa de execução de despesas de investimentos entre 2008 e 2009 já foi explicada anteriormente, sendo devida à aquisição de 50 viaturas, conforme diretriz central do DPF, para distribuição entre as Unidades da Polícia Federal localizadas na região Nordeste.

Em 2009 houve aquisição de equipamentos de informática, bem como o empenho de despesas relativas à obra de construção de guarda-corpo e instalação de sombreadores para veículos no estacionamento externo da SR/DPF/RN.

2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 19 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica ¹		1.409.028,49	1.409.028,49	0,00	1.409.028,49	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ²			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício ³
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	75	109
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O índice atingido para conclusão dos IPLs no ano 2009 foi de 109 dias, ou seja, ainda está acima do índice previsto pela administração. Isso se deu, entre outros motivos, pela quantidade de Municípios que fazem parte da circunscrição desta Regional, levando a ter vários inquéritos que investigam crimes no interior do Estado, tornando necessário o envio de intimações, primeiramente via Correio, não sendo atendido, deslocam-se policiais ao local para						



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2009

realizarem as intimações ou através de Carta Precatória.

Entretanto, no ano passado, além da greve da ECT, ocorreu um corte substancial na verba correspondente as diárias que foram destinadas as missões prioritárias, o que dificultou o envio das intimações e o deslocamento dos policiais até o Município desejado.

Além do prejuízo causado nos IPLs com investigação nos Municípios do interior, o atraso nas entregas das correspondências locais, também prejudicou os IPLs que precisavam de informações de outros órgãos e instituições da Capital.

Por fim, neste ano de 2010, salvo motivo de força maior, esta Regional está trabalhando no sentido de atingir o índice previsto.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		ata	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2006	63,6	80	70	84 ³

Fórmula de Cálculo do Índice:

Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.

Análise do Resultado Alcançado:

Como se vê, o índice previsto para o exercício foi alcançado, isso se deu, dentre outras ações, em função do trabalho de conscientização realizado pela Administração junto às autoridades policiais, visando priorizar os inquéritos policiais mais antigos, dar maior celeridade nas investigações para conclusão dos IPLs e designação de autoridades para realizarem diligências no interior do Estado.

Outro ponto que contribuiu para o aumento desse percentual foram as reuniões com a Justiça Federal, Justiça Estadual, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Receita Federal, Tribunal Regional Eleitoral, Procuradoria Regional Eleitoral, Advocacia Geral da União, Defensoria Pública da União e Polícia Rodoviária Federal, onde foram discutidos assuntos atinentes ao bom andamento dos procedimentos policiais.

Fonte: SIGPLAN e SISCART

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

³ O índice informado se refere apenas ao desempenho desta superintendência e da Delegacia de Mossoró.

Os dois indicadores apresentados se referem ao Programa 0662 – Prevenção e Repressão a Criminalidade. Com relação aos demais programas, não há, no Plano Plurianual, indicadores definidos para o Departamento de Polícia Federal.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ¹		4.755.813,14	4.602.258,78	153.554,36	4.602.258,78

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ¹		139.985,15	0,00	139.985,15	0,00



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0087		Denominação: Gestão da Política de Previdência Social			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ¹		84.000,00	84.000,00	0,00	84.000,00

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ¹		14.399,92	14.399,92	0,00	14.399,92

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1453		Denominação: Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ¹		51.868,00	40.741,77	11.126,23	40.741,77

Considerações

As informações de dotação não se aplicam à Unidade, pois a previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, especifica somente o orçamento do Órgão da Unidade Orçamentária, ou seja, no Departamento de Polícia Federal, e não na Unidade Executora.

Com relação ao Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal, não há indicadores a serem avaliados.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 20 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo ¹	Prio ²	Unidade Medida	Meta Física ³			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06	122	0750	2000	A	3	NA	NA	NA	NA	NA	4.594.400,78	NA
06	125	0662	2679	A	3	NA	NA	NA	NA	NA	70.106,94	NA
06	126	0750	2003	A	3	NA	NA	NA	NA	NA	7.858,00	NA
06	128	0662	4572	A	3	NA	NA	NA	NA	NA	200,00	NA
06	181	0662	2726	A	3	NA	NA	NA	NA	NA	1.303.294,61	NA
06	181	1353	8980	A	3	NA	NA	NA	NA	NA	0,00	NA
06	183	0662	2720	A	3	NA	NA	NA	NA	NA	35.426,94	NA
06	422	1453	8375	A	3	NA	NA	NA	NA	NA	40.741,77	NA
09	271	0087	8452	A	3	NA	NA	NA	NA	NA	84.000,00	NA
09	272	0089	0181	OP	3	NA	NA	NA	NA	NA	14.399,92	NA

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

2.4.1.6 – Principais Operações Policiais Desencadeadas

Quadro 21 – Operações desencadeadas no Estado

	PERÍODO (data-início a data fim)	NOME DA OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
1.	06/03 a 29/07/09	ACARAÚ	Natal/RN	Tráfico de drogas	Prisões
2.	20/01 a 31/07/09	GAROA	Natal/RN e São Paulo/RN	Tráfico de drogas	Identificação de traficante
3.	25/03 a 08/04/09	EURONAT	Natal/RN	Tráfico de drogas	Identificação de pessoas
4.	27/05/09 a 22/08/09	GUAMARÉ	Natal, Macau, João Câmara e Extremoz/RN	Desarticular quadrilha de assaltantes	6 prisões preventivas, 4 veículos apreendidos, 7 mandados de busca
5.	Fev a maio/2009	LAMARÃO	Macaíba/RN	Combate a roubos e tráfico de drogas	5 prisões em flagrante, 15 mandados de busca
6.	Out/08 – Jul/09	ALTO DA SERRA	Tenente Laurentino Cruz/RN	Investigar quadrilha que fraudava benefícios na APS daquele município	Cumpridos 4 mandados de busca e apreensão na prefeitura e casas de políticos locais
7.	Março/09	UNICAT	Natal/RN	Investigação sobre quadrilha responsável por desvio e receptação de medicamentos adquiridos com verbas do SUS pela distribuidora UNICAT, do estado.	Cumprimento de 01 prisão, 03 buscas e 50 mil reais apreendidos em medicamentos.
8.	Outubro/09	SÃO CAETANO	Natal/RN	Fraudes contra o seguro desemprego	Cumprimento de 04 prisões, 01 busca, cerca de



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

					40 mil reais
9.	Dezembro/09	AHOY	Natal/RN	Combater o crime de pirataria	Cumprimento de 04 buscas, mais de 2 milhões de mídias de origem estrangeira apreendidas, entre cds e dvds, e cerca de 150 mil reais apreendidos.
10.	Dezembro/09	JOGOS COMPULSIVOS	Natal/RN	Combate ao jogo de azar.	Cumprimento de 02 mb com apreensão de 120 máquinas caça-níqueis.
11.	24/12/2008 a 30/09/2009	KERODON	Messias Targino/RN	Investigar tráfico de drogas em Messias Targino e circunvizinhanças;	Operação encerrada sem realização de prisões nem apreensões de droga;
12.	03/04/2009 a 11/10/2009	REINO DOS PARECIS	Mossoró/RN	Investigar tráfico de drogas em Mossoró e circunvizinhanças;	Resultou na prisão da traficante Alzenir Rodrigues da Silva e de Luiz Carlos Sena e na apreensão de aproximadamente 5 kg de cocaína;
13.	27/03/2008 a 21/05/2009	OURO NEGRO	Areia Branca/RN	Investigar tráfico de drogas em Areia Branca e circunvizinhanças;	Durante o ano de 2008 foram realizados alguns flagrantes em decorrência desta operação. No ano de 2009, em meados de abril foi realizado somente o flagrante que resultou na prisão de Janaina Kelly Medeiros de Souza Melo e na apreensão de aproximadamente 750 gramas de maconha na residência da mesma;

(Operações realizadas pela SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN)

Além das operações constantes do quadro acima, merecem destaques as prisões realizadas no Aeroporto Internacional Augusto Severo, prisões em razão do tráfico internacional de drogas, onde são utilizadas pessoas conhecidas como “mulas” para transportarem a droga até países da Europa e África, estando entre os presos, brasileiros, espanhóis, holandeses, romenos, alemães, africanos, portugueses e austríacos.

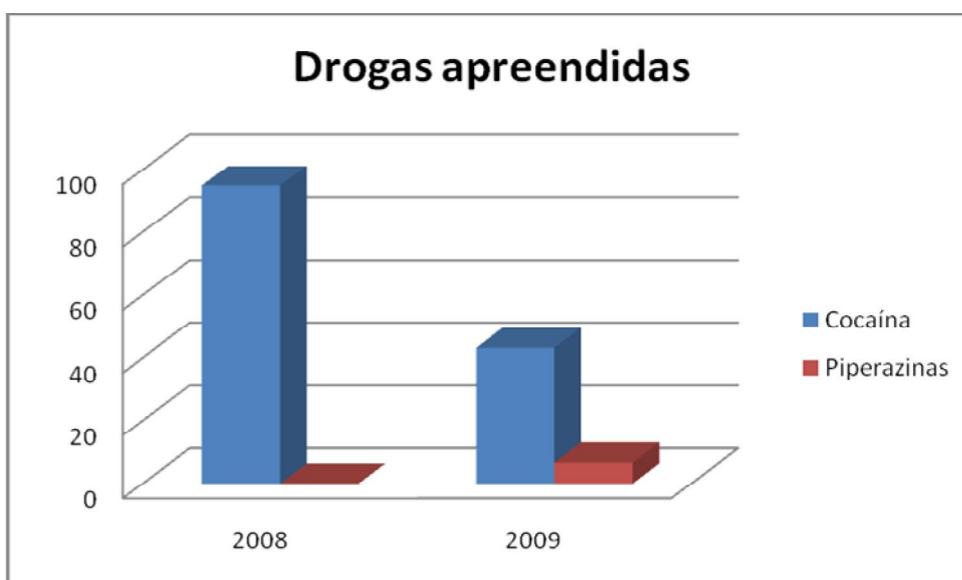
Quadro 22 – Prisões efetuadas no Aeroporto Internacional

PRESOS	2008	2009
Brasileiros	04	04
Estrangeiros	13	17
Total	17	21



Quadro 23 – Drogas apreendidas no Aeroporto

Droga Kg	2008	2009
Cocaína	94,855	43,089
Piperazinas	-	6,61
Total	94,855	49,699



Obs: Os 6,61 Kg de Piperazina correspondem a 21.145 (vinte e um mil, cento e quarenta e cinco) comprimidos.

2.4.2 – Indicadores de desempenho

Em cumprimento às diretrizes estabelecidas pela Direção-Geral, a SR/DPF/RN intensificou e aprimorou suas atividades, implementando políticas de melhoria da qualidade dos serviços e de redução de despesas.

O ano de 2009 foi marcado pelo aumento na arrecadação, no número de procedimentos policiais instaurados e relatados, nas perícias realizadas, vitorias nas empresas de segurança, registro e cadastramento de armas, bem como pela melhoria das condições de trabalho.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009

Assim sendo, foi possível tabular os seguintes indicadores de desempenho:

2.4.2.1 – Índices de procedimentos de polícia judiciária

Quadro 24 – Procedimentos Policiais

INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS POLICIAIS	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Inquéritos Policiais Instaurados	909	1608	1630
Inquéritos Policiais relatados	664	755	1375
TCOs Instaurados	83	67	23
TCOs Relatados	83	67	16
Precatórias Autuadas	189	244	301
Precatórias Cumpridas	124	220	273

(Índices referentes à SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN)

2.4.2.1.1 - Análise do Desempenho

A partir de tais dados percebe-se que, comparando com 2008, os IPLs instaurados mantiveram-se semelhantes com pequeno aumento, no entanto, com relação aos IPLs relatados, ocorreu um aumento expressivo, duplicando em comparação a 2007/2008.

Quanto aos TCOs ocorreu uma queda em comparação aos anos anteriores, ao passo que, com relação às precatórias, houve um acréscimo considerável, tanto nas autuadas como cumpridas.

Procurou-se eliminar as notícias-crimes antigas, que constavam no SINPRO como pendentes de instauração. Nesse sentido, restam poucos procedimentos a serem saneados.

As Cartas precatórias passaram a ser cumpridas por Autoridades Policiais vinculadas à COR (e não mais pelos Delegados de Sobreaviso).

Tem-se procurado concluir os procedimentos policiais mais antigos, conforme orientação da COGER.

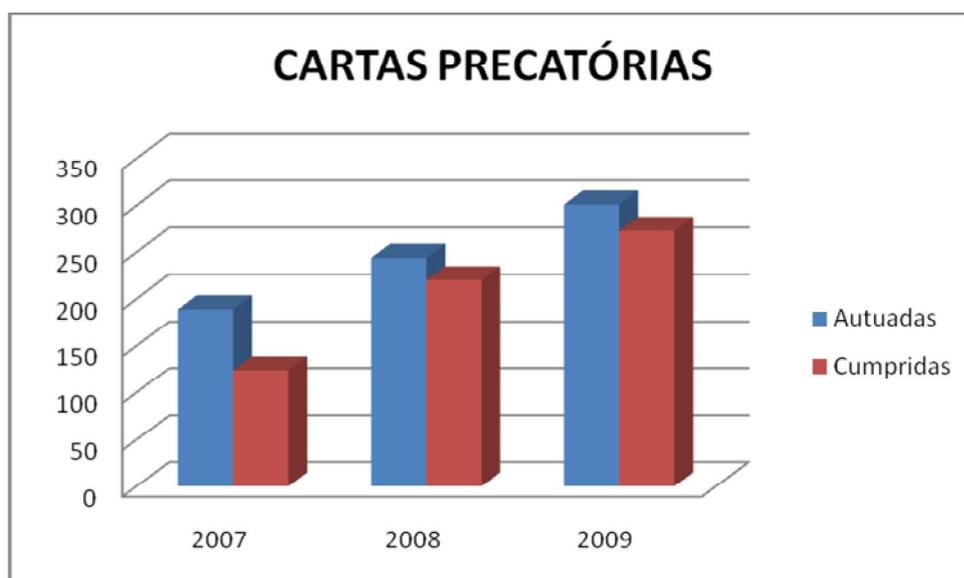
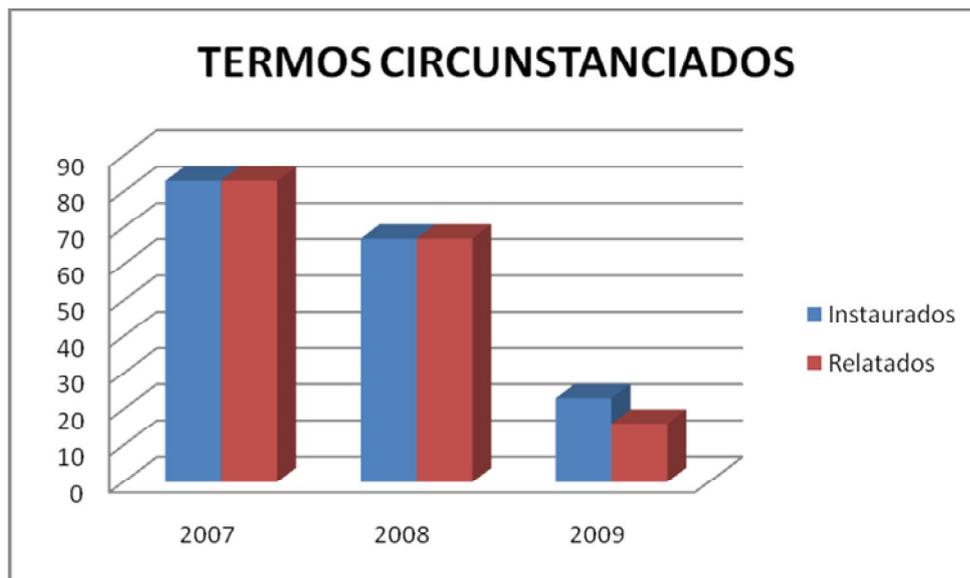
Foram analisadas praticamente todas as notícias-crimes antigas (principalmente aquelas referentes a cédulas falsas), havendo, portanto, apenas expedientes novos pendentes de análise na COR.

Trabalhou-se visando à atualização dos sistemas SINPRO e SISCART.

Tem-se procurado dar a devida atenção à DPF/MOS/RN, mediante visitas mais frequentes àquela unidade, para a qual, inclusive, foi nomeado um novo Chefe.

Tem-se trabalhado objetivando manter regularizado o Depósito do Núcleo de Cartório.

Têm sido feitas reuniões com a Justiça Federal, Justiça Estadual, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Receita Federal, Tribunal Regional Eleitoral, Procuradoria Regional Eleitoral, Advocacia Geral da União, Defensoria Pública da União e Polícia Rodoviária Federal, discutindo-se assuntos atinentes ao bom andamento dos procedimentos policiais.



2.4.2.2 - Índices de procedimentos administrativos disciplinares

Quadro 25 – Procedimentos Disciplinares

INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Sindicâncias Instauradas	06	06	18
Sindicâncias Relatadas	06	06	15
PADs Instaurados	04	01	02
PADs Relatados	04	01	02

(Índices referentes à SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN)



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009

2.4.2.2.1 - Análise do Desempenho

Conforme se observa nos dados acima, houve um acréscimo nas instaurações de sindicâncias e uma constância nos Processos Administrativos Disciplinares.

Deve-se salientar o esforço despendido pela Corregedoria Regional, visando conscientizar os servidores, no sentido disciplinar e laboral.

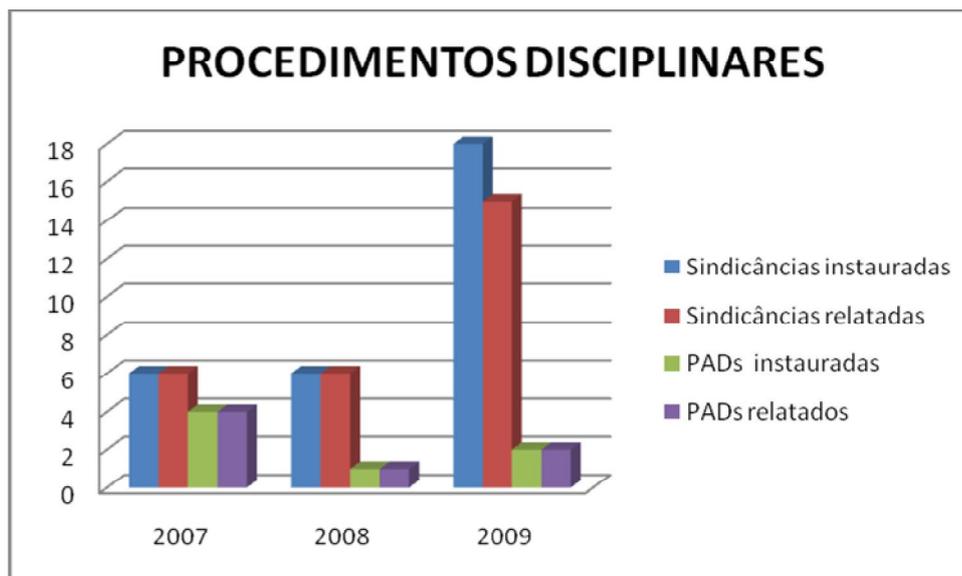
Têm sido instauradas investigações prévias, sindicâncias investigativas e processos administrativos disciplinares, visando ao esclarecimento dos fatos e ao restabelecimento da harmonia no serviço público

Têm sido feitas correções parciais nos procedimentos policiais, visando ao rápido e eficaz saneamento das impropriedades.

Têm sido feitas reuniões com as Autoridades Policiais, Peritos, Papiloscopistas, Escrivães e Agentes, visando à melhoria das atividades policiais.

Foram realizadas **correções ordinárias** na SR/DPF/RN e na DPF/MOS/RN, no segundo semestre de 2009.

Por fim, foi realizada, nesta Repartição Policial, pela COGER, as **correções extraordinárias**, no mês de agosto de 2009, tendo sido inspecionados cerca de 50 procedimentos policiais. As autoridades policiais foram notificadas, via SISCART, a sanarem as impropriedades constatadas.



2.4.2.3 - Índices de controle e fiscalização de produtos químicos

Quadro 26 – Produtos Químicos

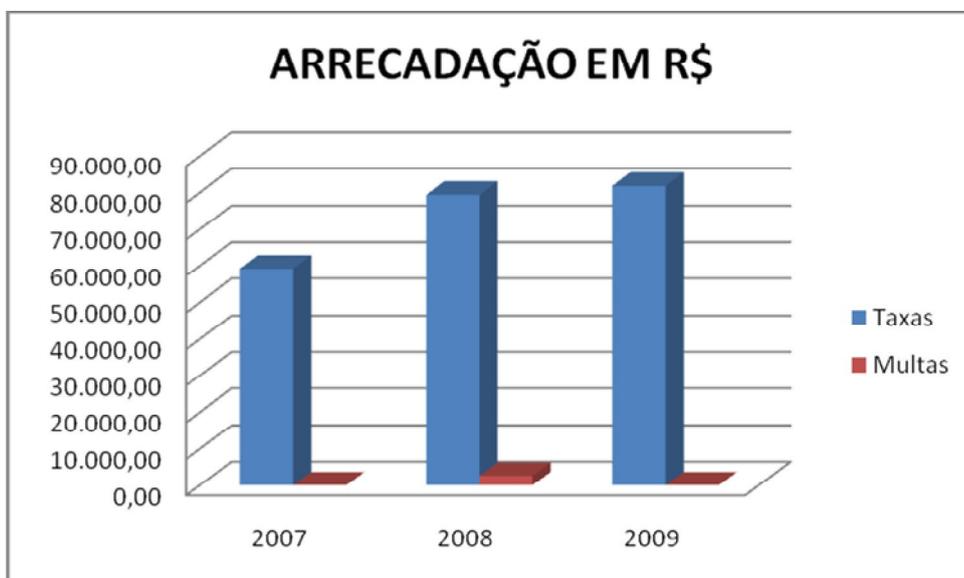
ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Empresas Fiscalizadas	03	02	04
Cadastros Aprovados	74	80	76
Licenças Renovadas	46	59	55
Valores Arrecadados – Taxas (R\$)	59.200,00	79.400,00	81.800,00
Valores Arrecadados – Multas (R\$)	-	2.600,00	-



2.4.2.3.1 - Análise do Desempenho

Em razão das características do Estado do Rio Grande do Norte, não se verificou no período a emissão de autorizações prévias na importação e exportação, de autorizações especiais, como também não foi necessário realizar apreensões de produtos químicos.

As taxas e multas nos anos de 2008 e 2009 se mantiveram constantes e superiores a 2007.





2.4.2.4 - Índices de apreensão de drogas ilícitas

2.4.2.4.1 - Drogas ilícitas apreendidas por Kg

Quadro 27 – Drogas apreendidas - Kg

ENTORPECENTES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Cocaína (Kg)	34,640	104,374	72,29
Crack (Kg)	40,266	61,489	26,365
Haxixe (Kg)	0,990	-	3,96
Maconha (Kg)	841,845	478,386	493,475
Pasta Base (Kg)	98,275	16,496	14,223

(Índices referentes à SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN)

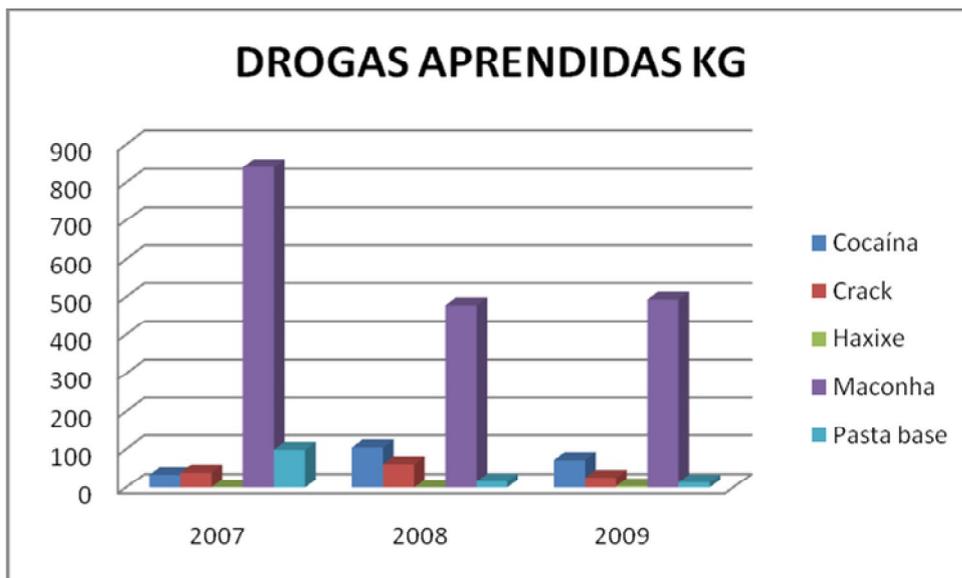
2.4.2.4.1.1 - Análise do Desempenho

Não houve apreensões de Merla nos anos de 2007 a 2009, em razão da espécie da droga e das características dos consumidores no Rio Grande do Norte.

A queda significativa das apreensões de maconha do ano de 2007 para 2009 decorre de novo direcionamento de investigações, em razão do crescente número de ocorrências envolvendo o tráfico internacional de drogas por intermédio do Aeroporto Internacional Augusto Severo em Natal.

Haja vista que o tráfico internacional tem como principal produto a cocaína, é natural que tenha triplicado o número de apreensões desta espécie de droga no ano de 2007 para 2008, enquanto o número de apreensões de maconha, por consequência tenha caído aproximadamente pela metade. A queda nos índices de apreensão de maconha, em termos relativos, é menor que o incremento das apreensões de cocaína, o que revela um maior equilíbrio nas atividades de repressão ao tráfico de drogas ilícitas, dadas as circunstâncias regionais do Rio Grande do Norte.

A diminuição dos índices apresentados nas apreensões de cocaína, crack e pasta base, em relação a 2008, se deu em razão das apreensões ocorridas no Aeroporto Internacional, fruto do aumento da fiscalização da Polícia Federal, bem como, em decorrência da apreensão de drogas e prisões realizadas por outras unidades da PF, antes mesmo da chegada na droga no Estado.



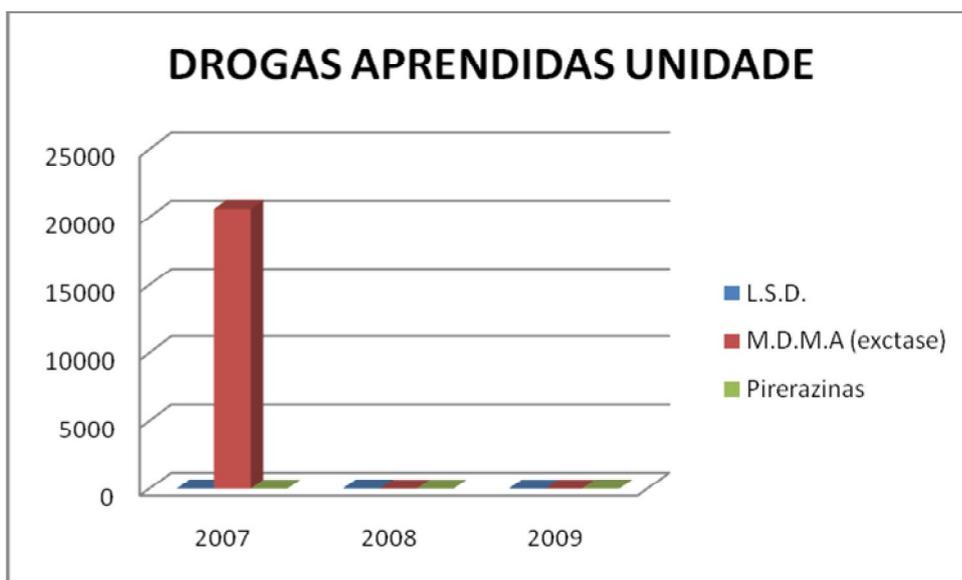
2.4.2.4.2 - Drogas ilícitas apreendidas por unidade

Quadro 28 – Drogas apreendidas - un

ENTORPECENTES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
L.S.D. (UN)	18	25	-
M.D.M.A. (UN) – <i>Extase</i>	20.601	-	-
PIPERAZINAS	-	-	21,145

2.4.2.4.2.1 - Análise do Desempenho

Em razão das características do Estado do Rio Grande do Norte, como também diante da distância da Argentina, maior produtor de lança-perfume (Cloreto de Etila) da América do Sul, não houve apreensões desta espécie de droga ilícita neste Estado.





2.4.2.5 – Índices de controle migratório e expedição de documentos

2.4.2.5.1 – Expedição de Passaporte e Carteiras de Estrangeiros

Quadro 29 – Passaportes e Carteiras de estrangeiros

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Passaportes expedidos	7.057	9.541	9.610
Carteiras de estrangeiros	586	366	737

2.4.2.5.1.1 - Análise do Desempenho

Os dados demonstram um aumento de quase 100% na emissão de Carteiras de estrangeiros no ano de 2008 para 2009, enquanto a emissão de Passaportes se manteve estável.

O aumento na expedição das carteiras de estrangeiros se deve à anistia que foi concedida pelo Governo Federal aos estrangeiros no meio do ano, onde foi dado o prazo até 30/12/09 para regularizarem sua situação. Para se ter uma ideia, até 12/12, 233 estrangeiros tinham pedido anistia no estado, o que gera a emissão de carteira.



2.4.2.5.2 - Controle migratório

Quadro 30 – Controle migratório

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Extradições	01*	01	00
Deportações	00	19	05
Repatriações	00	03	00

(* Tratou-se, em verdade, de cumprimento de medida de transferência de preso.)

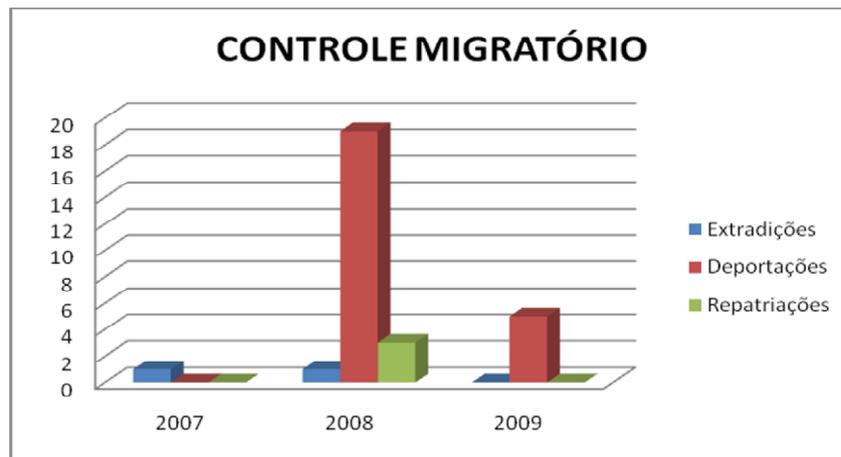


DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009

2.4.2.5.2.1 - Análise do Desempenho

Nos três anos não foi realizada nenhuma expulsão de estrangeiro. Esse dado pode revelar a necessidade de comunicação entre as unidades da Polícia Federal, porquanto há um número significativo de estrangeiros presos em flagrante e denunciados em processos penais no Rio Grande do Norte, sujeitos à expulsão.

As deportações ocorridas em 2009 foram em razão do navio pesqueiro africano que encalhou na Praia de Búzios, sendo 01 deportado para Benim, 02 para a Nigéria e 02 para Gana.



2.4.2.6 – Índices do Sistema Nacional de Armas –SINARM

2.4.2.6.1 – Controle de Armas e Apreensões

Quadro 31 – Controle de armas

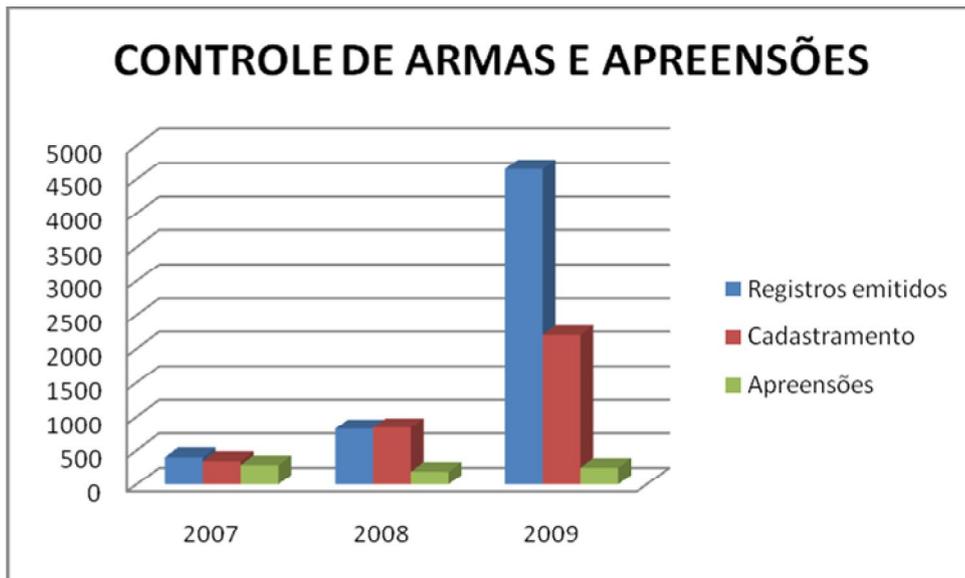
ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Registros Emitidos	402	816	4.654
Cadastramentos	346	833	2.199
Apreensões	286	191	250

(Índices referentes à SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN)

2.4.2.6.1.1 - Análise do Desempenho

Os dados revelam grande aumento do número de registros emitidos e cadastramentos, o que foi proveniente da Campanha do Desarmamento do Governo Federal, que incentivou o registro das armas ou entrega na Polícia Federal.

Os dados de apreensão são os lançados no SINARM e referem-se à atuação policial de forma geral (Polícia Civil e Federal). Portanto, pode-se concluir que a campanha do desarmamento tenha surtido efeito no Rio Grande do Norte.



2.4.2.6.2 - Armas Novas e portes de armas

Quadro 32 – Armas novas e portes de armas

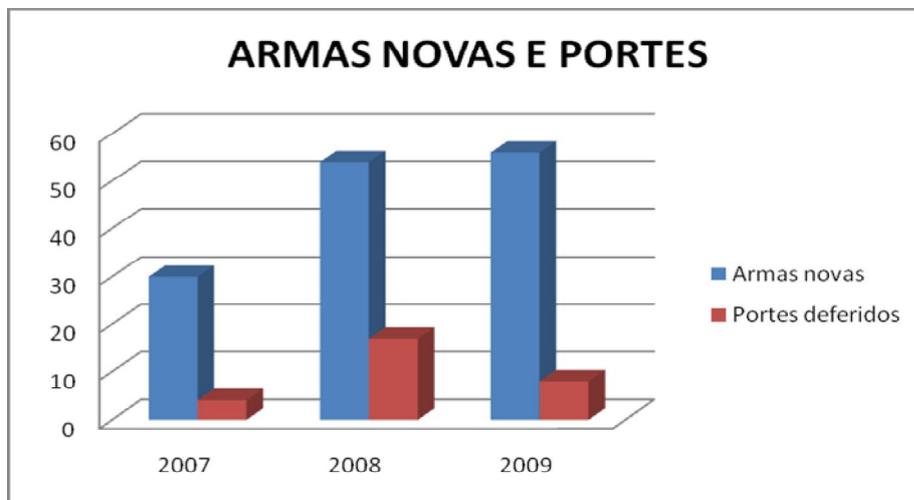
ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Armas Novas	30	54	56
Portes Deferidos	04	17	08

(Índices referentes à SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN)

2.4.2.6.2.1 - Análise do Desempenho

Os dados revelam grande diminuição no número de portes de armas deferidos, isso se deve ao maior rigor da administração na concessão do porte de arma, em conformidade com o que preceitua a Campanha do Desarmamento.

Quando ao número de armas cadastradas houve uma equidade nas solicitações e autorizações.





2.4.2.7 - Índices de controle de segurança privada

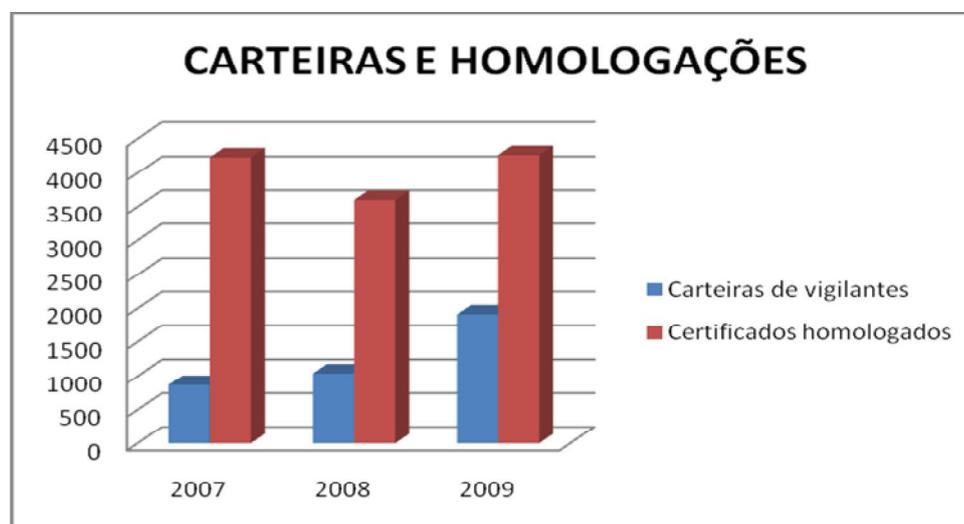
Quadro 33 – Controle segurança privadas

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Carteiras de vigilantes expedidas por ano	869	1.041	1.911
Certificados homologados das Escolas por ano	4.233	3.601	4.268
Certificados de segurança expedidos	26	23	23
Certificados de vistoria expedidos	14	37	49
Portarias bancárias expedidas	125	185	188
Vistorias realizadas por ano	148	226	270
Autos de constatação e notificação de infração (ACIN)	137	125	238

2.4.2.7.1 - Análise do Desempenho

De modo geral, as atividades de Controle de Segurança Privada no ano de 2009 tiveram acréscimos em relação às mesmas atividades nos anos de 2007 e 2008, isso se deve ao aumento da fiscalização por parte da Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP.

Foram vistoriados, fiscalizados e notificados os estabelecimentos financeiros, sediados nesta Capital e no interior do Estado, a partir de seus respectivos Planos de Segurança, os quais foram enviados a esta Delegacia. Estes procedimentos visaram constatar se as dependências dos respectivos estabelecimentos financeiros eram dotadas de esquema estratégico de segurança preventiva adequada às peculiaridades dos usuários, capazes de garantir a incolumidade de funcionários e clientes, bem como a proteção do patrimônio. Visaram, também, verificar se os Planos de Segurança estabelecem a necessidade, a quantidade e o posicionamento de equipamentos de segurança, bem como de vigilância armada que deverá ser habilitada e treinada para inibir ações delituosas, tudo em conformidade com o disposto na Lei nº 7.102/83, de 20/06/83, Decreto nº 89.056/83, de 24/11/83 e demais normas em vigor.





2.4.2.8 – Índices da área de periciais e identificação criminal

2.4.2.8.1. – Laudos emitidos

Quadro 34 – Emissão de laudos - SETEC

TIPO DE PERÍCIA	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Perícias de Informática	145	159	163
Perícias Documentoscópicas	167	154	220
Perícias de Laboratório	96	116	98
Perícias de Veículos	40	56	27
Perícias de Audiovisuais e Eletroeletrônicos	19	43	68
Perícias de Local de Crime	45	36	47
Perícias Contábeis e Econômicas	5	23	18
Perícias de Balística Forense	23	21	43



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009

Perícias Merceológicas	10	18	27
Perícias Papiloscópicas	15	11	13
Perícias de Meio Ambiente	4	10	10
Perícias de Engenharia	4	7	13
Perícias de Biometria Forense	0	1	0
TOTAL	573	655	747

2.4.2.8.1.1 - Análise do Desempenho

Os números apresentados nos anos de 2007, 2008 e 2009 demonstram um acréscimo constante na emissão de laudos. Considerando que 90% dos laudos são solicitações de Autoridades Policiais para instrução de Inquéritos Policiais e os demais 10% para atender solicitações de outros órgãos, em sua maioria do TRE, conclui-se que houve aumento na demanda dos Inquéritos Policiais nesta Regional.

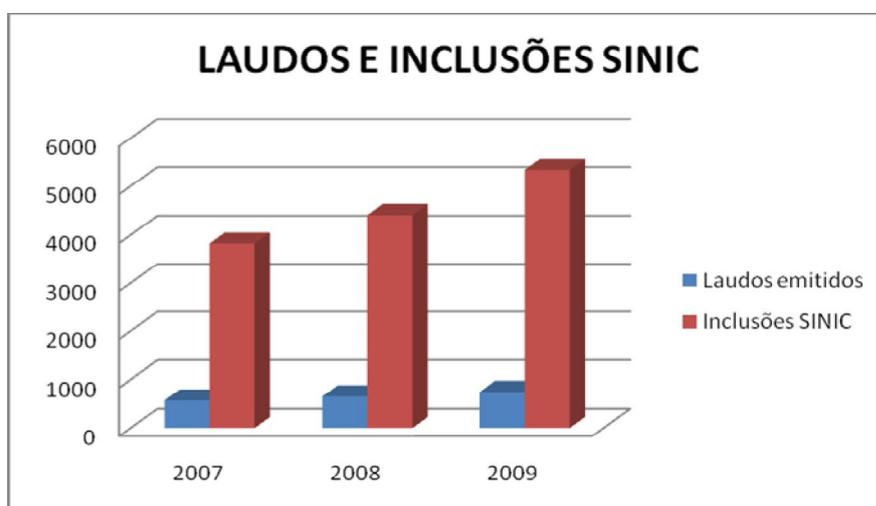
2.4.2.8.2 – Inclusões no Sistema Nacional de Identificação Criminal – SINIC

Quadro 35 – Inclusões SINIC

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Prontuários de Identificação Criminal - PIC	2.057	2.523	2.900
Boletim de Decisão Judicial – BDJ	281	421	972
Boletim de Distribuição Judicial – BDI	1.485	1.466	1.468
TOTAL	3.823	4.410	5.340

2.4.2.8.2.1 - Análise do Desempenho

Os dados referentes às inclusões de Prontuários de Identificação Criminal PIC, Boletins de Distribuição Judicial - BDI e Boletins de Decisão Judicial - BDJ, apresentaram incrementos em todos os períodos, 2007-2009, em razão da inclusão de acusados/indiciados em processos/inquéritos provenientes do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte e Secretaria de Defesa Social por meio do Instituto Técnico de Polícia, além das inclusões provenientes do Departamento de Polícia Federal.





3 - Recursos Humanos

Quadro 36 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	263	-	Não há informação ¹
Próprios	263	-	
Requisitados	-	-	
Celetistas	-	-	
Cargos de livre provimento	-	-	
Estatutários	-	-	
Não Estatutários	-	-	
Terceirizados	107	-	
Total	370	-	

Fonte: SIAPE

¹ - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

Quadro 37 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	260	25.654.240,67	308.406,24	3.975.339,32	543.659,60	486.866,42		
2008	273	32.066.209,63	487.884,69	5.725.988,19	1.191.055,45	502.506,83		
2009	263	34.363.855,87	629.140,47	5.260.300,64	1.205.608,91	485.289,41		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	80	1.436.812,59	-	0,00	-	0,00	-	0,00
2008	77	1.674.314,92	-	0,00	-	0,00	26	18.456,54
2009	77	1.749.230,48	30	419.440,54	-	0,00	26	44.975,95

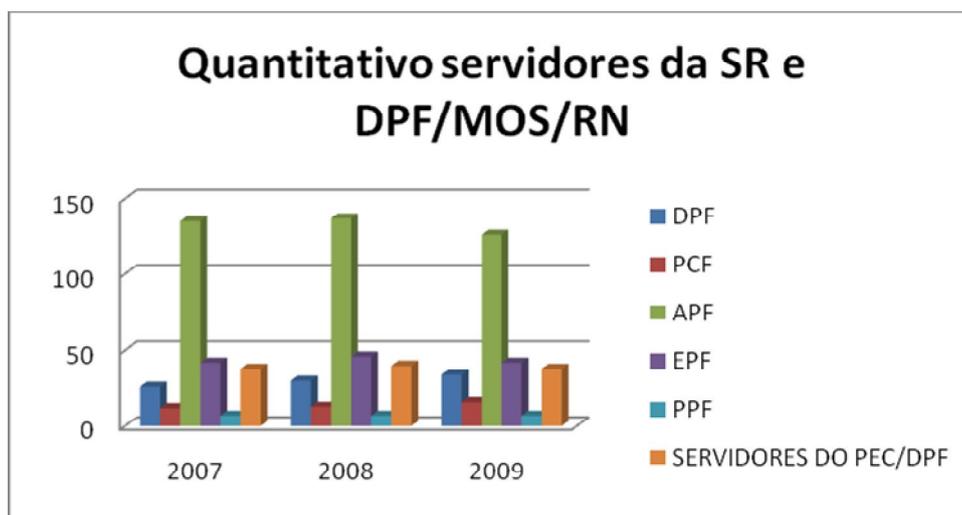
Fonte: SIAPE



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009

Quadro 38 – Efetivo da SR/RN e DPF/MOS/RN - 2007, 2008 e 2009

CARGO	QUANTITATIVO 2007	QUANTITATIVO 2008	QUANTITATIVO 2009
DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL	26	30	34
PERITO CRIMINAL FEDERAL	12	13	16
AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL	135	137	126
ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL	42	46	42
PAPIOSCOPISTA POLICIAL FEDERAL	7	7	7
SERVIDORES DO PEC/DPF	38	40	38
TOTAL	260	273	263



Considerações

A configuração situacional de recursos humanos no âmbito da SR/DPF/RN passa por um período de *déficit*, mormente na área administrativa, onde não houve renovação de servidores, aliado à saída destes na maioria das vezes por vacância, notadamente em virtude de posse em outro cargo inacumulável. Desse modo, a médio e longo prazo, a atividade-meio tende a cair de produção. Já na esfera policial, em que pese a posse de vários servidores egressos da ANP/DGP/DPF nos últimos anos, o que possibilitou a remoção de alguns policiais mais antigos para esta Descentralizada, há aproximadamente 40 policiais que percebem o benefício do abono de permanência, podendo se aposentar a qualquer tempo.

Tal situação ganha contornos mais drásticos em virtude do projeto de Lei Complementar que muda os requisitos para a aposentadoria do policial. Assim, vários servidores que percebem o referido abono tenderiam a se aposentar antes da publicação da nova lei, agravando a força de trabalho a curto, médio e longo prazo em escalas quantitativas e qualitativas (já que os mais experientes se aposentariam).

Nesse prisma, mister é informar que não há adequação quantitativa de pessoal em algumas áreas, notadamente servidores administrativos.

Também não há proporcionalidade razoável entre área-meio e área-fim haja vista o aumento de atribuições (investigações e fiscalizações) não acompanhado por suficiente aumento de pessoal.

No concernente ao desempenho funcional, as fichas de avaliações denotam o alto grau de satisfação por parte dos gestores, pois a quase totalidade dos servidores recebem pontuação máxima.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2009

Há uma urgente necessidade de aumento no quadro próprio, não redução. Como dito acima, o aumento das atribuições/serviços exige um correspondente incremento da força de trabalho, de modo a não permitir sobrecarga em alguns servidores e prejudicar a qualidade da atividade prestada.

Relativamente aos planos de capacitação, importante informar que há em cada exercício previsão de cursos operacionais, de gestão e ferramentas de trabalho, dependendo alguns de pré-requisitos específicos. Importante salientar que seria adequada a realização de ações de capacitação baseadas em competência.

Por fim, a política remuneratória está atrelada a leis e decretos, consoante critérios pré-estabelecidos (classes e/ou padrões) em âmbito nacional, não havendo qualquer ingerência direta por parte do gestor desta unidade na evolução salarial do servidor, havendo tão somente interferência indireta por intermédio das avaliações de desempenho, tornando mínimo o impacto no passivo trabalhista da UJ.

Com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui indicadores.



4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

– não ocorreu no período –



5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009

Quadro 39 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
-	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	3.362.491,33	104.020,94	3.258.470,39	0,00
2007	3.792,28	3.792,28	0,00	0,00
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

A inscrição de restos a pagar não processados ocorreu devido à liberação de grande soma de recursos em data próxima ao final do exercício, não havendo tempo hábil para a liquidação das despesas empenhadas. A Unidade procura evitar sempre a inscrição de restos a pagar quando há liquidação de despesas.



6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado no Rio Grande do Norte não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.



7 – Previdência Complementar Patrocinada

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -



8 - Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.



9 – Renúncia Tributária

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -



10 – Operações de Fundo

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -



11 – Determinações dos Órgãos de Controle

11.1 – Recomendações da CGU

Esta Unidade não recebeu recomendações da CGU, durante o exercício de 2009.

Quadro 40 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
-	-	-
Descrição da Recomendação:		
Não houve recomendações da CGU no período.		
Providências adotadas:		
Não houve recomendações da CGU no período.		



11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte não recebeu determinações e nem recomendações do Tribunal de Contas da União.

Quadro 41 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:						Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO RN						
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
-	-	-	-	-	-	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
-						-
Descrição da Deliberação:						
Não houve ocorrências no período.						
Providências Adotadas						
Setor responsável pela implementação						Código SIORG
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:						
Não houve ocorrências no período.						
Síntese dos resultados obtidos						
Não houve ocorrências no período.						
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor						
Não houve ocorrências no período.						



12 - Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.



13 - Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

Quadro 42 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte		200086	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>No que tange, especificamente, as atribuições da Gestão de Contratos os dados estão lançados nos Sistema SIASG, no entanto, por tratar-se de uma atividade que exige uma constante atualização, vez que diariamente ocorrem alterações nas demandas, as mesmas são atualizadas no mencionado Sistema.</p> <p>Por fim, os termos de convênio existentes nesta Regional não implicam em repasses financeiros.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Natal/RN	Data	31 de março de 2010.
Responsável		Matrícula nº	Siape 0455327 e DPF 8659

Márcio Marcelino de Oliveira
Agente Administrativo - PEC/DPF
Matrícula - 8.659



14 – Outras Considerações

É importante mencionar algumas providências adotadas por esta Administração para implementar a gestão participativa na busca da melhoria dos serviços, que influenciaram diretamente os resultados alcançados, conforme se verifica a partir de alguns exemplos relacionados adiante.

14.1 – Capacitação de servidores

Durante o ano de 2009, dando prosseguimento na valorização dos recursos humanos, a Administração envidou todos os esforços na realização de treinamentos em todos os níveis, conforme demonstrado na tabela adiante.

Quadro 43 – Cursos de capacitação

PLANO DE CAPACITAÇÃO (CURSOS, SEMINÁRIOS E PALESTRAS) SR/RN 2009			
	CAPACITAÇÕES	SERVIDORES	LOCAL
1	Treinamento para Aplicação do Software Encase	03	Califórnia/EUA
2	Treinamento em Execução Orçamentária e Financeira.	01	ANP/Brasília
3	Módulo 3: Sistemas Eletrônicos de Compras/formação de Pregoeiros - PREGÃO	02	Recife/PE - ENAP-DPF
4	Treinamento para Aplicação do Software Envi Básico	01	Brasília/DF - INC
5	Boas práticas de laboratórios de Química Forense	01	Brasília/DF - INC
6	Módulo 4: Registro de Preços/Gestão de Contratos de Suprimentos	02	Recife/PE - ENAP-DPF
7	Módulo 5: Gestão de Contratos de Serviços	04	Recife/PE - ENAP-DPF
8	Treinamento de cunho prático em Pregão Eletrônico.	01	Natal/RN - TRT
9	Treinamento Técnico de Orçamento, Finanças e Contabilidade/2009.	03	Natal/RN - Arituba Park Hotel
10	Fraudes em Licitações e Contratos.	03	Natal/RN- Procuradoria Geral de Justiça
11	Treinamento para a Brigada de Incêndio da SR/RN	45	Natal/RN - Corpo de Bombeiros
12	Formação de Pregoeiros	01	CGU/Natal/RN
13	Curso de Atualização em Sistemas de Informações Criminais	01	Brasília/DF
14	9th Annual Computer and Enterprise Investigations Conference.	01	Orlando/Florida (EUA)
15	Palestrante em Conferência Internacional de Investigações em Computadores.	01	Orlando/Florida (EUA)
16	Palestra de Contraterrorismo	09	Natal/RN
17	Atualização do Software ENVI	01	Curitiba/PR



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

18	Seminário Internacional de Perícia em Crimes Financeiros.	02	Brasília/DF - INC
19	Seminário de Combate a Pornografia Infantil	01	Recife/PE
21	Combate a Fraudes Eletrônicas e Crimes de Alta Tecnologia	01	Natal/RN
22	II Curso de Combate a Fraudes Eletrônicas e Crimes de Alta Tecnologia - Região NE.	09	Natal/RN
23	Seminário de Segurança da Informação	18	Natal/RN
24	IV Curso de Aplicações Táticas	01	BOPE Natal/RN
25	Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Segurança.	01	Brasília/DF - ANP
26	Curso de Interdição de Drogas em Aeroportos _DEA/EUA	30	Natal/RN
27	I Encontro Nacional de Necropapiloscopia.	01	Goiânia/GO
28	Lançamento do Software HORUS	01	Brasília/DF
29	I Curso de Aperfeiçoamento em Identificação Papiloscópica.	02	Brasília/DF
30	Treinamento de Identificação de Itens de Segurança em Papel Moeda	02	Rio de Janeiro//RJ
31	Treinamento para elaboração de laudos de verificação de interlocutor.	01	Brasília/DF - INC
32	Formação de Pregoeiros	01	Brasília/DF-ENAP
33	Seminário Nacional de Meio Ambiente.	01	Foz de Iguaçu/PR
34	Operador de Taser	04	Brasília/DF ANP
35	Formação de Palestrantes	01	Brasília/DF ANP
36	Workshop Quebra de Sigilo Telefônico	03	São Paulo
37	Curso Técnicas de Investigação Antidrogas	01	Brasília/DF ANP
38	Treinamento Ferramenta Análise I2	02	
39	Proteção a Testemunha	01	
40	Curso Básico de Inteligência	01	Aracaju/SE
41	Seminário Direito Administrativo	08	Natal/RN
42	Congresso Crimes Financeiros e Transnacionais	02	
43	Curso de Atualização em Bombas e Explosivos	01	Brasília/DF ANP
44	Curso de Gestão Orçamentária e Financeira	01	Brasília/DF ANP
45	XXIII Prática de Ensino Policial	01	Brasília/DF ANP
46	Gestão de Pessoas	20	Natal/RN
47	Seminário de preparação a aposentadoria	01	Brasília/DF
48	Gestão c/ Cintepol 1ª turma ANP	01	Brasília/DF
49	VII Encontro do Sistema Nacional de Repressão a Entorpecentes - SIREN	01	
50	Controle Administrativo de Produtos Químicos	01	Maceió/AL
51	Curso de Ferramentas I2	01	Brasília/DF
52	Treinamento Tomadas de Contas	02	Brasília/DF



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

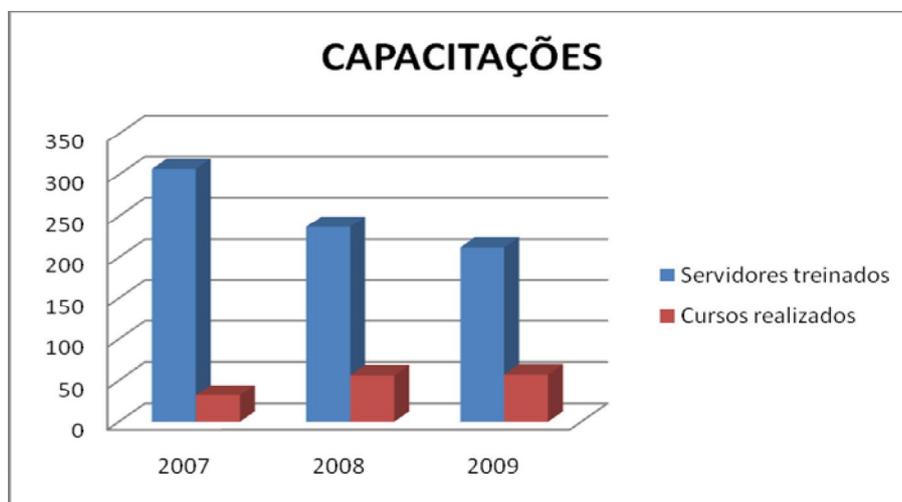
53	Curso Gestores Setoriais do SCPD	02	Brasília/DF
54	Curso de Gerenciamento e Negociação em Crises	01	Brasília/DF
55	Curso de Análise Criminal	01	Recife/PE
56	III Encontro Nacional de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas	01	Brasília/DF
57	Curso de Conformidade Contábil	02	Brasília/DF
TOTAL SERVIDORES		212	-

No comparativo anual dos treinamentos realizados, conforme mostrado abaixo nota-se a equidade nas atividades de capacitação num comparativo com 2008, evidenciando o esforço da Administração na valorização e qualificação profissional dos seus recursos humanos, salientando que neste ano de 2009 ocorreu uma drástica redução na verba para cursos de capacitação nas Regionais, o que ocasionou diversos indeferimentos de cursos por parte da Administração Geral.

Entretanto, deve-se destacar que grande parte dos cursos, treinamentos e seminários foram oferecidas pela Administração-Geral.

Quadro 44 – Comparativos capacitação

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Servidores Treinados	307	237	212
Cursos Realizados	32	56	57





14.2 – Projetos em andamento

Destaque-se que esta Superintendência Regional vem desempenhando importante papel no sentido de auxiliar a Direção-Geral nos trabalhos relacionados à modernização e integração no DPF, tendo sido escolhida como pioneira de alguns desses projetos.

Para se ter uma ideia, nesta Superintendência está sendo implantado um Centro Regional de Controle (Control Node), o qual irá gerenciar as estações de rádio do INTEGRAPOL nos estados do Ceará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte, com previsão de suportar todas as atividades de Telecomunicações que envolverem o INTEGRAPOL.

A SR/DPF/RN realizou negociações com as operadoras TIM e OI, obtendo concessão de espaço nos sítios de antena dessas empresas, para implementação do sistema TETRAPOL no Estado do Rio Grande do Norte.

Temos, ainda, conforme relatado no Relatório de Gestão 2008, a parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte que encampou um sofisticado projeto de modernização administrativa e de recursos humanos, cujos resultados irão embasar uma nova cultura de gerenciamento e planejamento estratégico, tendo a primeira fase (módulo férias) sido implantado, com êxito, em todo o Departamento de Polícia Federal.

Em 2009, com o apoio de servidores da SR/AC, iniciou-se a implantação de um sistema de gestão policial (SIGEPOL), com a finalidade de melhorar automatizar diversos procedimentos comumente realizados pelos policiais, tais como confecção eletrônica de ordem e relatório de missão, livro de plantão eletrônico, controle de viaturas, controle de armamento, etc.

Também, foi implantado o novo portal da SR/RN, proporcionando ao setor de comunicação social uma melhor exposição de informações aos servidores da SR/RN, por intermédio da inclusão de galerias de fotos, realização de enquetes, exposição do organograma, lista de chefias. Além disso, atendeu à padronização do aspecto visual dos portais do DPF, no estilo da própria página principal da Intranet.

Também naquele ano, foi implantado o sistema de registro eletrônico de frequência, o REF, em conformidade com as orientações da DGP/DPF.

Importante destacar que foram realizadas reuniões com a participação do Procurador Regional Eleitoral, do Superintendente Regional, do Corregedor Regional da SR/RN e do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, onde foi tratada a possibilidade dos delitos eleitorais de pequena monta, que ocorrem nos municípios menores e mais longínquos e que não envolvam Prefeitos, sejam apurados pelos Delegados de Polícia Civil, por meio de Inquérito Policial ou Termo Circunstanciado, conforme o caso.

Também foram realizadas gestões junto ao Poder Judiciário Federal e Estadual, ao DEPEN e à Secretaria de Interior e Justiça (SEJUC), com o objetivo de que todos os presos atualmente custodiados nesta SR/RN sejam transferidos para o Presídio Federal em Mossoró, ou para o sistema penitenciário estadual.

Celebração dos contratos de terceirização dos serviços de recepção a requerentes de documentos de viagem na SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN e de recepção de passageiros nos terminais internacionais de embarque e desembarque do Aeroporto de Natal, que possibilitou:

- o remanejamento de considerável efetivo de policiais para outras atividades mais carentes de pessoal nesta Superintendência;
- a prestação de serviço de melhor qualidade ao público, com reduzido tempo de atendimento aos cidadãos.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2009

Celebração do contrato de terceirização do serviço de suporte, manutenção e administração de informática, na SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN, que permitiu:

- a reestruturação do NTI;
- melhorias significativas no atendimento das ocorrências;
- desenvolvimento e implementação de inovadoras soluções na área de tecnologia da informação, no âmbito desta Descentralizada.

Participação desta Superintendência na aquisição de viaturas Corolla feita pelo DPF (50 unidades a cargo desta UG), sendo que 07 delas foram destinadas à SR/DPF/RN e 01 à DPF/MOS/RN. Do total de viaturas adquiridas pelo DPF, foram destinadas às Unidades neste Estado 27 veículos, dos quais já foram recebidos oito L200, seis Corolla e um Master Furgão.

Realizados procedimentos licitatórios para novas contratações dos serviços de limpeza e vigilância (que passaram a vigorar a partir de janeiro de 2010), fruto de adequação nos quantitativos de servidores contratados, com economia em torno de 20% em relação aos valores pagos anteriormente nesses contratos.

Participação da SR/DPF/RN no grupo criado pela CGU/RN para divulgação e incentivo de parcerias entre os órgãos públicos situados na região de Natal, para fim de realização de Registros de Preços em conjunto, objetivando a otimização dos meios disponíveis e a consequente redução dos custos de aquisições e contratações.

Recebimento do mobiliário adquirido no final de 2008, contemplando necessidade dos diversos setores da SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN e permitindo padronização de móveis.

Esta Superintendência firmou parcerias com o IBAMA e FUNASA, sediados em Natal, para guarda dos veículos apreendidos que ocupavam a área do estacionamento de veículos da SR/DPF/RN, permitindo maior otimização do espaço da Unidade.

Contratação dos serviços de telefonia móvel e acesso móvel a internet banda larga, atendendo demanda por telefones funcionais, e proporcionando flexibilidade e agilidade aos servidores que necessitam de acesso a internet fora dos locais de trabalho.



14.3 – Atos voltados à Gestão Participativa

14.3.1 – Portarias

Portaria nº 004/2009-GAB/SR/DPF/RN, de 12/01/2009

Constituiu a COMISSÃO DE SANEAMENTO DAS INFORMAÇÕES EXISTENTES NO SISTEMA DE MATERIAL PERMANENTE - SMP, em atendimento a mensagem Oficial-Circular nº 27-DLOG/DF, de 24 de novembro de 2008 que apresenta orientações visando o cumprimento das determinações da Controladoria Geral da União – CGU.

Portaria nº 008/2009 - GAB/SR/DPF/RN, de 22/01/2009.

Constituiu a COMISSÃO DE SEGURANÇA ORGÂNICA, visando implementar o PLANO DE SEGURANÇA ORGÂNICA desta Superintendência Regional e fiscalizar seu cumprimento, adotando todas as medidas necessárias e elaborando relatórios de situação a cada quadrimestre, bem como informando à administração regional todos os fatos e situações supervenientes.

Portaria nº 022/2009 - GAB/SR/DPF/RN, de 20/02/2009.

Constitui a COMISSÃO DE DESFAZIMENTO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO ACERVO DESTA DESCENTRALIZADA, para realizar os procedimentos administrativos de desfazimento de veículos classificados como ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis, pertencentes ao patrimônio desta SR/DPF/RN, nos termos previstos no Decreto nº 1305, de 09 de novembro de 1994, Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, Decreto nº 6.087, de 20 de abril de 2007, Decreto nº 6.403, de 17 março de 2008, na Resolução CONTRAN nº 11, de 23 de janeiro de 2008 e Instrução Normativa nº 3 SLTI/MPOG, de 15 de maio de 2008 e demais legislações eventualmente aplicáveis.

Portaria nº 023/2009 - GAB/SR/DPF/RN, de 26/02/2009.

Constituiu Comissão com a finalidade de realizar atualização do leiaute do prédio-sede da SR/DPF/RN e demais instalações utilizadas pelos servidores; propor adequações, remanejamentos, aquisições, modificações, visando otimizar a utilização dos espaços físicos, móveis e equipamentos, bem como criação de um espaço de convivência (sala dos servidores) e realizar levantamento do quantitativo de placas e totens, com as respectivas indicações necessárias, objetivando a implantação da sinalização visual da SR/DPF/RN.

Portaria nº 034/2009 - GAB/SR/DPF/RN, de 24/03/2009.

Criou no âmbito desta Regional o GRUPO DE ARMAMENTO E TIRO – GAT, subordinado diretamente à DREX/SR/DPF/RN, em atendimento ao plano de atividade de ensino aprovado pelo Diretor da Academia Nacional de Polícia através na Portaria nº 499/2008-GAB/ANP/DGP, de 04 de setembro de 2008, publicada no BS nº 176, de 11 de setembro de 2008 e a Portaria nº 533/2008 – GAB/ANP/DGP, de 23 de setembro de 2008, publicada no BS nº 235, de 04 de dezembro de 2008 que publica o Plano Instrucional do Treinamento Periódico de Capacitação Profissional de Policiais do DPF em Armamento e Tiro, com as seguintes atribuições:

1. Manutenção e controle do armamento, da munição e demais materiais colocados a sua disposição, bem como controle do trânsito de pessoas em suas instalações;
2. Controle, distribuição e fiscalização do material permanente e de consumo relativo ao armamento e tiro;
3. Planejamento e coordenação da aplicação do Plano Instrucional previsto na Portaria nº 533/2008 que prevê Curso de Armamento e Tiro para os policiais da SR/DPF/RN e DPF/MOS/RN;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009

4. Planejamento e execução de treinamento de armamento e tiro para outras instituições, quando determinado pelo Superintendente Regional da SR/DPF/RN;

5. Gerenciamento da utilização do estande, bem como aplicação de teste de tiro para os candidatos a porte de arma;

Portaria nº 035/2009 - GAB/SR/DPF/RN, de 25/03/2009.

Delegou atribuições ao Senhor Delegado Chefe da Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM da SR/DPF/RN - e seu substituto Eventual, em caso de falta daquele e sempre na circunscrição da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte, para decisão sobre: Expedição de registro de arma de fogo; Expedição de renovação de registro de arma de fogo; Transferência de propriedade de arma de fogo.

Delegação essa, visando a excelência na qualidade dos serviços oferecidos pelo Departamento de Polícia Federal que requer a especialização de atividades a cargo de Autoridades e demais servidores.

Portaria nº 038/2009 - GAB/SR/DPF/RN, de 02/04/2009.

Constituiu Comissão de Levantamento e Avaliação de Risco prioridades de materiais sob carga e responsabilidade do SETEC/SR/DPF/RN, devendo conhecer, identificar, definir local adequado para depósito e propor destino específico para substâncias químicas, tóxicas, explosivas e outros materiais perigosos e/ou de conteúdo desconhecido porventura existentes no setor e nas dependências desta regional, sob guarda de autoridade policial ou não, abrangendo materiais já periciados ou com perícia pendente, tendo em vista a importância de se adotar medidas que preservem a integridade física dos públicos interno e externo, bem como a segurança das instalações desta SR/DPF/RN.

Portaria nº 060/2009 - GAB/SR/DPF/RN, de 23/06/2009.

Constituiu o Grupo Técnico em Edificações – GTED, com a responsabilidade de acompanhar as atividades relativas a projetos, construção, ampliação, reforma, adaptação, reparação, restauração, conservação, demolição e remoção de benfeitorias e instalações, em articulação com a DEOB/CPLAM/DLOG, no âmbito da SR/DPF/RN e sua(s) unidade(s) descentralizada(s), conforme itens VII a XX do art. 188, da Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, publicada no suplemento ao BS nº 113, de 16 de junho de 2005.

Portaria Nº 070/2009 - GAB/SR/DPF/RN, de 24/09/2009.

Instituiu a Comissão de Seleção para ingresso no Grupo de Pronto Intervenção – GPI, no âmbito da Superintendência Regional do Rio Grande do Norte, em conformidade com a Portaria nº 238/2009 – GAB/DG/DPF, de 07 de abril de 2009, que autorizou a criação de Grupo de Pronto Intervenção – GPI, no âmbito das Superintendências Regionais.

14.3.2 – Instruções de Serviços.

Merecem destaque, ainda, as Instruções de Serviços nº 01 e 03/2009-GAB/SR/DPF/RN.

A Instrução de Serviço 01 dispõe sobre a segurança física das instalações, atribuições do plantão, sobreaviso e dá outras providências e a IS nº 03 Disciplina o uso das vagas e o trânsito de veículos na garagem e estacionamentos externos ao Edifício-Sede da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Norte.



14.4 – Diretrizes da SR/DPF/RN

a) No ano de 2009, foram listadas pela Direção-Geral, 39 (trinta e nove) diretrizes para cumprimento pelas Superintendências, tendo esta Regional atendido 30 (trinta) diretrizes, quais sejam:

1. Priorização de prisões preventivas;
2. Atenção à qualidade da prova;
3. Cumprimento da Instrução Normativa n.º 13/2008-DG/DPF - Divisão de Comunicação Social;
4. Atendimento aos recrutamentos no prazo estabelecido e com o perfil solicitado (8% do efetivo de cada cargo);
5. Permanência dos policiais capacitados na atividade de controle e fiscalização de segurança privada (DELESP);
6. Terceirização do controle migratório;
7. Terceirização da expedição de passaportes;
8. Otimização/racionalização dos equipamentos do novo passaporte;
9. Prazo máximo de 10 dias para agendamento do passaporte e existência de alternativa para os casos de urgência devidamente fundamentados (que não se confundem com o passaporte de emergência);
10. Interface com os órgãos de segurança do estado, para solução de conflitos sociais;
11. Manter escala especial de férias nos períodos pré e pós eleitoral, para atendimento das ocorrências eleitorais, visando a redução de demandas por IPLs (trabalho preventivo).
12. Descentralização efetiva das operações policiais, priorizando, sempre que possível, meios e recursos humanos próprios;
13. Cadastramento das operações no CINTERPOL e/ou repasse de informações ao órgão central responsável pela área objeto do trabalho;
14. Conhecimento das operações em andamento dentro do Estado pela Delegacia Especializada da SR e repasse das informações em nível regional (gestão compartilhada);
15. Cumprimento do manual de gestão de operações policiais.
16. Prospectar oportunidades de atuações integradas com a Receita Federal e de cooperação com outros órgãos públicos;
17. Informar à CGPCI e à Diretoria da área, por e-mail, cooperação recebida de órgãos estrangeiros e a esses prestados;
18. Criação de GRFIN's (Grupo de Repressão a Crimes Financeiros) no âmbito de todas as SR's;
19. Inclusão das Operações Policiais no CINTERPOL;
20. Instalação do SISCART;
21. Celeridade nos Inquéritos Policiais e cumprimento de Cartas Precatórias;
22. Destinação da força de trabalho pericial com prioridade para a elaboração de laudos;
23. Qualidade do gasto em energia elétrica: mudanças contratuais;
24. Realização de convênios para instalação de bases do TETRAPOL;
25. Criação de Grupo de Engenharia, conforme IN 05/2009-DG/DPF;
26. Criação de Comissões Descentralizadas de Avaliação de Documentos;
27. Cumprimento de prazo para prestação de contas de Suprimento de Fundos;
28. Coleta Seletiva – Mensagem-Circular N.º 28/2007-DLOG/DPF;
29. Material permanente: listas à Comissão Central de Saneamento de Bens;
30. Retirada do material remanescente do PAN.

b) (04) quatro das diretrizes não foram atendidas, em razão da inaplicabilidade e inviabilidade nesta Regional.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

1. Destinação de viaturas específicas para a atividade de segurança de dignitários nas SRs RJ, DF e SP (veículos novos distribuídos recentemente);

Justificativa: Não se aplica a SR/RN

2. Manutenção dos servidores treinados para segurança de dignitários, nos NSDs ou DELINSTs.

Justificativa: Não foi atendida em razão da demanda ser insignificante na SR/RN. Há 10 policiais treinados que estão lotados em delegacias distintas.

3. Apoio à implementação das UTEC's

Justificativa: a única descentralizada (DPF Mossoró) não apresenta demanda suficiente para a instalação de UTEC.

4. Informar DPAT sobre investigações envolvendo PCC e outras facções criminosas.

Justificativa: Não há indicativos de facções com atuação relevante neste Estado, cuja investigação seja atribuição da Polícia Federal. Em contrapartida, as poucas facções existentes estão atuando mais na prática de crimes da esfera estadual e quando incursionam em nossa esfera de atuação são devidamente reprimidas.

c) Deixaram de ser atendidas ou foram parcialmente cumpridas 05 (cinco) diretrizes, conforme relação e justificativas abaixo:

1. Prestação de informações, em tempo real, acerca de invasões de prédios públicos, fazendas e outros imóveis, por movimentos sociais e indígenas.

Justificativa: Ainda existe demora no acionamento. No entanto, com a criação do GPI no ano de 2010, o problema deverá ser resolvido.

2. Especialização e/ou concentração dos IPLs por área investigada.

Justificativa: Ainda há um excesso de demandas relacionadas à DELEFAZ. Na medida do possível, os inquéritos estão sendo distribuídos às respectivas delegacias especializadas.

3. Criação do Grupo de Pronto Intervenção (GPI), embora seja faculdade e não obrigação.

Justificativa: Parcialmente cumprida. Encontra-se em fase de seleção.

4. Supervisionar investigações a cargo dos subordinados.

Justificativa: Com a implantação do CINTEPOL em 2009, o acompanhamento será on-line a partir de 2010.

5. Realizar investigação de lavagem de ativos concomitantemente à do crime antecedente.

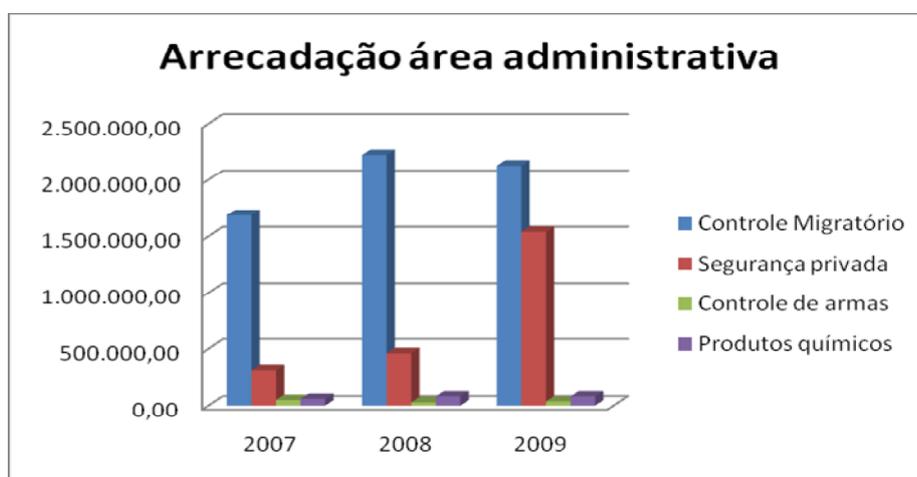
Justificativa: Estamos buscando o aperfeiçoamento dos critérios adotados para este tipo de informação, uma vez que em muitos casos buscava-se, primeiramente, identificar o crime antecedente.



14.5 – Arrecadação da área administrativa

Quadro 45 – Arrecadação da área administrativa

ATIVIDADES	VALORES EM REAIS		
	2007	2008	2009
Controle Migratório	1.685.150,42	2.222.320,03	2.127.158,05
Segurança Privada	316.726,09	461.958,20	1.539.262,40
Controle de Armas	50.270,00	28.020,00	37.040,00
Controle de Produtos Químicos	59.200,00	82.000,00	81.800,00
TOTAL	2.111.346,51	2.794.298,23	3.785.260,45



As arrecadações demonstradas no quadro acima são provenientes, em sua maioria, de atos de interesse do público externo, ou seja, não há interferência da ação da Polícia Federal no aumento ou diminuição da arrecadação.

Em casos específicos é que, após a fiscalização da Polícia Federal, constatada irregularidades em empresas de segurança privada, instituições financeiras e empresas que utilizam e/ou comercializam produtos químicos, são aplicadas multas, ocorrendo o mesmo com os estrangeiros em situação irregular.

O aumento ocorrido na arrecadação referente à segurança privada deu-se em função do acúmulo, desde 2006, dos Autos de Constatação e Notificação de Infração – ACIN, que estavam na Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada, em Brasília/DF, para julgamento,

A queda de arrecadação no controle de armas – SINARM – decorre da edição da Lei 11.706/2008, porquanto alterou o § 3.º, do art. 5.º e o art. 30, da Lei 10.826/2008, concedendo isenção para o pagamento de taxa para os seguintes casos:

- renovação de registro de armas de fogo, cujos certificados de registro de propriedade tenham sido expedidos por órgão estadual ou do Distrito Federal;
- registro de arma de fogo para possuidores e proprietários de arma de fogo de uso permitido ainda não registradas.



14.6 – Deficiência de pessoal

Por fim, convém salientar os esforços que esta SR e a Polícia Federal estão dispensando para prestar um bom atendimento ao público, aos órgãos e instituições públicas, considerando o baixo efetivo de servidores em sua lotação, em especial os servidores do Plano Especial de Cargo, como se pode observar abaixo.

A Delegacia de Polícia Federal em Mossoró tem a lotação de apenas vinte e um (21) agentes, número insuficiente para cobrir toda a sua circunscrição, que é de sessenta (60) municípios, onde se encontra tramitando cerca de oitocentos e cinquenta (850) inquéritos policiais, tornando quase impossível o atendimento de toda a demanda de trabalho, o que, conseqüentemente, provoca uma prestação de serviço precário à população e fragiliza à segurança pública naquela Região, que tradicionalmente é conhecida por abrigar grupos criminosos que atuam em assaltos em todo o Estado do RN e nos Estados fronteiriços.

Quanto aos escrivães, como é do conhecimento de todos, há uma grande escassez em todas as unidades do DPF e, obviamente, o mesmo acontece com a Delegacia de Mossoró, que atualmente encontra-se com apenas seis (06) EPFs para trabalharem com os oitocentos e cinquenta (850) Inquéritos Policiais, incluindo nestes, o Chefe do Cartório.

Já em relação aos Agentes de Polícia Federal da SR/RN, no Quadro de Cargo Policiais - QCP, publicado em 11/02/2010, constavam 107 APFs, dentre eles 02 estão cedidos para Secretaria de Segurança do Estado do RN. Logo, contamos com apenas 105 APFs, destes, 37 já possuem tempo para aposentaria, havendo ainda, 11 APFs com previsão para aposentadoria para os anos de 2010 e 2011.

Como se depreende mais de 40% do efetivo de APFs desta Regional está na iminência de se aposentar, o que levará a uma redução drástica no quantitativo de Agentes nesta SR/RN.

Por fim, temos os servidores do Plano de Cargos Especial – PEC que somam 38 (trinta e oito), sendo 01 (um) lotado na Delegacia de Mossoró/RN, e 04 (quatro) pertencentes ao Setor Médico, quantitativo esse insuficiente para a real necessidade desta Regional e DPF/MOS/RN, fato que ocasiona redirecionamento de policiais com formação específica e contratação de terceirizados para exercerem essas funções destinadas àqueles servidores.

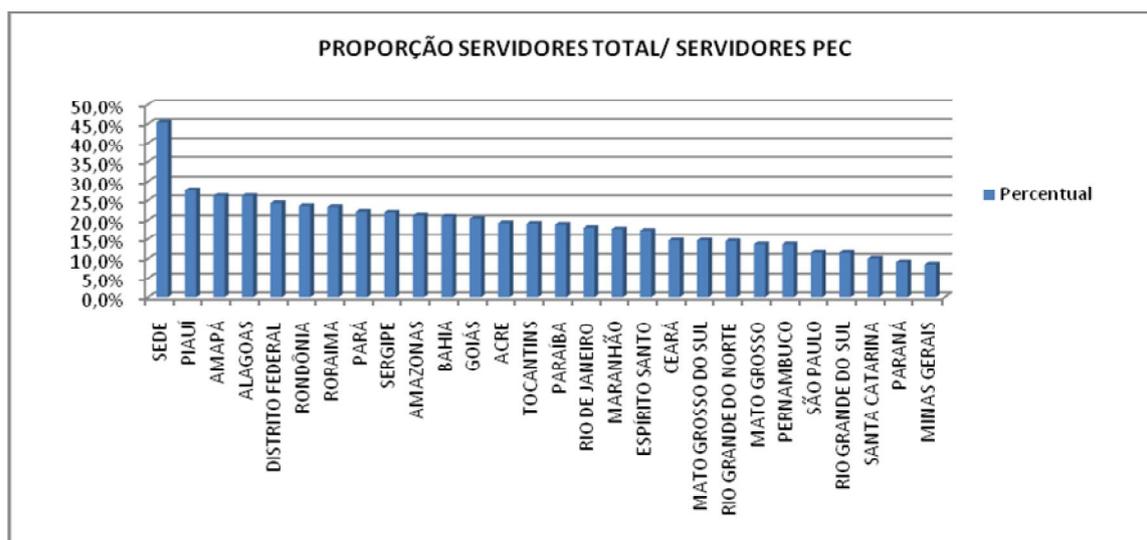
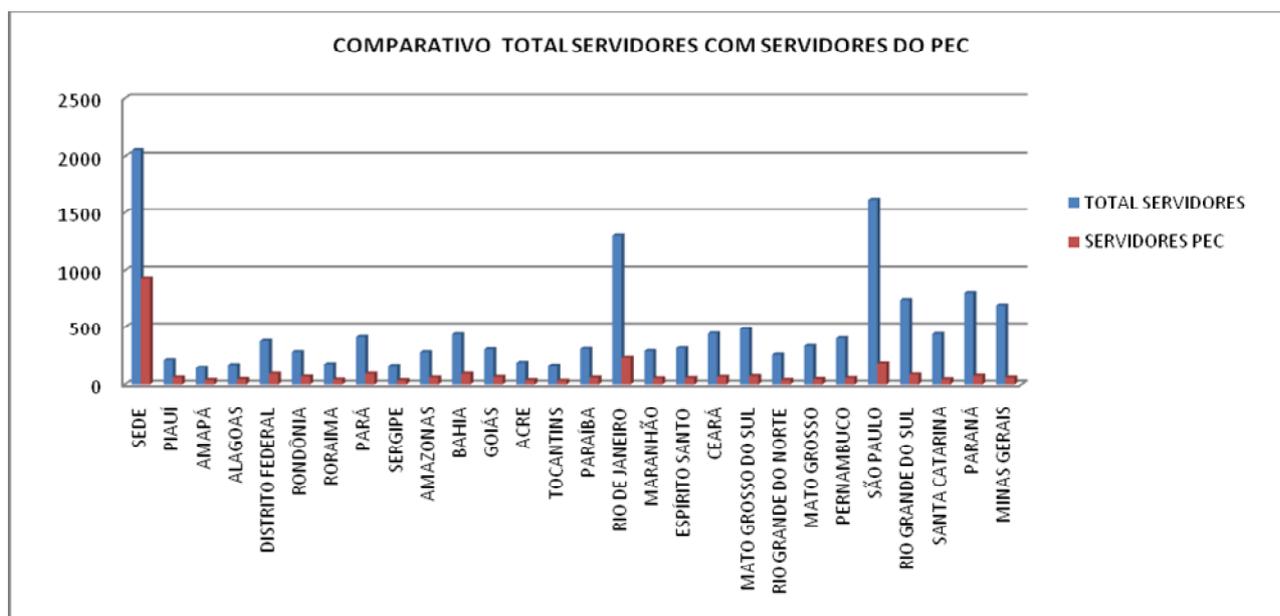
Quadro 46 – Quadro total de servidores x quadro dos servidores do plano especial de cargos

ESTADO	TOTAL	PEC	PROPORÇÃO TOTAL/PEC
SEDE	2053	932	45,4%
PIAUI	216	60	27,8%
AMAPÁ	149	39	26,2%
ALAGOAS	172	45	26,2%
DISTRITO FEDERAL	378	92	24,3%
RONDÔNIA	284	67	23,6%
RORAIMA	180	42	23,3%
PARÁ	411	91	22,1%
SERGIPE	164	36	22,0%
AMAZONAS	283	60	21,2%
BAHIA	435	91	20,9%
GOIÁS	309	63	20,4%
ACRE	192	37	19,3%
TOCANTINS	167	32	19,2%
PARAÍBA	312	59	18,9%
RIO DE JANEIRO	1305	236	18,1%
MARANHÃO	293	52	17,7%



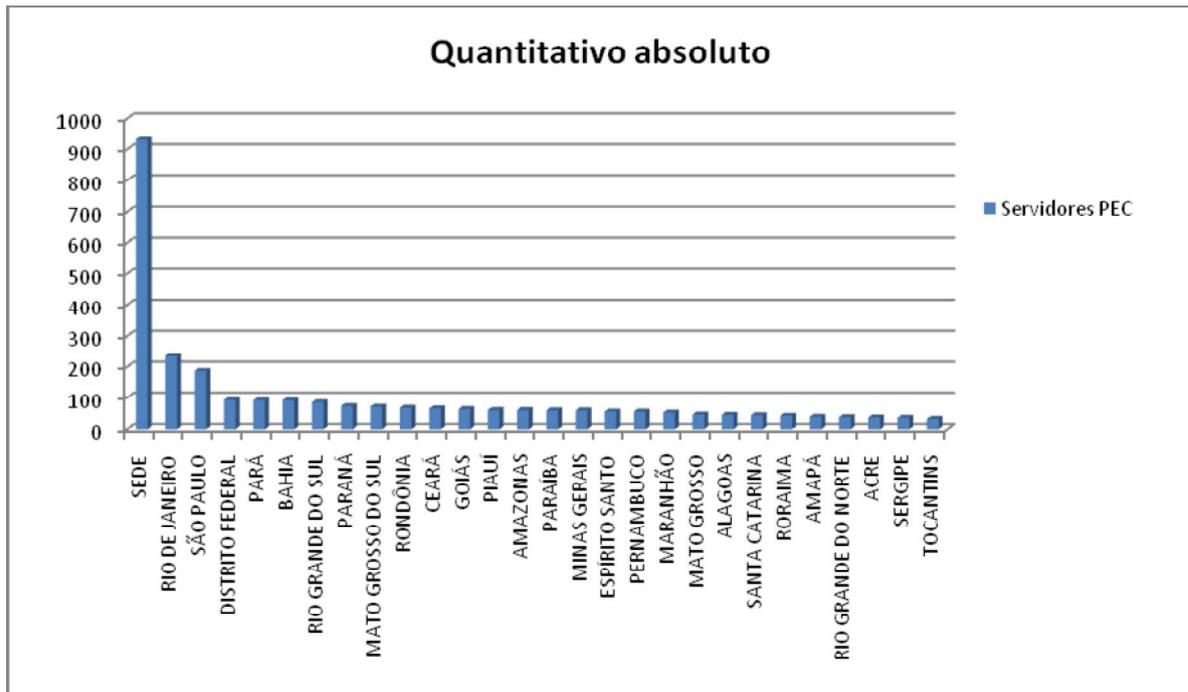
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009

ESPÍRITO SANTO	317	55	17,4%
CEARÁ	443	65	14,7%
MATO GROSSO DO SUL	484	71	14,7%
RIO GRANDE DO NORTE	263	38	14,5%
MATO GROSSO	336	46	13,7%
PERNAMBUCO	402	55	13,7%
SÃO PAULO	1617	187	11,6%
RIO GRANDE DO SUL	737	85	11,5%
SANTA CATARINA	437	44	10,1%
PARANÁ	797	73	9,2%
MINAS GERAIS	690	59	8,6%





DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009



Analisando os gráficos acima, observa-se que a quantidade de servidores do PEC, em proporção com o total de servidores, esta Regional encontra-se em 21°, no entanto, em números absolutos encontra-se em 25°.



15 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 47 – Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL- RN	200394 - 200395
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">– a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;– o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e– a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local: Brasília/DF	Data: 18/02/2010
Contador Responsável:  GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

DATA: 29/03/10

HORA: 17:07:36

USUARIO: HONORATO

PAGINA: 1

MENSAGEM: 2010/0284942 DA EMISSORA 200240 SETORIAL DE CONTABILIDADE/DPF
EM 11/03/10 AS 16:36: POR GLADSTON GUIMARAES NAVES

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

SENHOR ORDENADOR DE DESPESA,

1. INFORMO A VOSSA SENHORIA QUE FOI ENCAMINHADA EM FEVEREIRO DE 2010 A DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA SUA UNIDADE GESTORA.
2. A DECLARAÇÃO FOI EMITIDA EM CONSONÂNCIA COM A PORTARIA TCU N° 389/2009 E DEVE SUBSIDIAR O PREENCHIMENTO DE DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO, CONFORME ORIENTA A REFERIDA PORTARIA.
3. NA DECLARAÇÃO ENVIADA NÃO FOI MENCIONADO O PERÍODO A QUE SE REFERE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS SOB ANÁLISE.
4. DESSA FORMA, INFORMO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS MENCIONADOS NA DECLARAÇÃO REFEREM-SE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009, DEVENDO, PORTANTO, SER ESTA MENSAGEM ANEXADA A REFERIDA DECLARAÇÃO PARA COMPLEMENTAR A INFORMAÇÃO.

RESPEITOSAMENTE,
GLADSTON GUIMARÃES NAVES
CONTADOR RESPONSÁVEL
CRC N° DF-12534/O-8